

Evangelho Eterno: a hermenêutica condenada

Eternal Evangel: The condemned hermeneutics

Noeli Dutra Rossatto¹
Universidade Federal de Santa Maria

Leila Teresinha Maraschin²
Universidade Federal de Santa Maria

Cláudio Reichert do Nascimento³
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O estudo é uma introdução à leitura do *Protocolo de 1255* no qual a Comissão de Anagni analisou e condenou o *Introductorio in Evangelium Eternum*, do franciscano espiritual Geraldo de Borgo, e a obra de Joaquim de Fiore. Esta introdução discorre sobre os principais temas tratados no *Protocolo de 1255*, a saber, o Evangelho Eterno, a nova ordem monástica, o fim da igreja e dos sacramentos, os dois anticristos, a hermenêutica por *concordia* e a teoria trinitária. Na sequência, tem-se a tradução para o português do texto latino do *Protocolo de 1255*.

Palavras-chave: hermenêutica simbólica, Evangelho Eterno, Joaquim de Fiore, franciscanos, espirituais.

Abstract: The study is an introduction to the reading of the Protocol of 1255 in which the Anagni Commission examined and condemned the *Introductorio in Evangelium Eternum* by the Spiritual Franciscan Gerard of Borgo and the work of Joachim of Fiore. The introduction discusses the major themes in the Protocol of 1255, namely, the Eternal Evangel, the new monastic order, the end of the church and the sacraments, the two antichrists, hermeneutics by *concordia* and the theory of Trinity. Subsequently, there is a Portuguese translation of the Latin text of the Protocol of 1255.

Key words: symbolic hermeneutics, Eternal Evangel, Joachim of Fiore, Franciscan Order, Spirituals.

¹ Professor do Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UFSM, na Linha de Pesquisa Fenomenologia e Compreensão. Doutor em História da Filosofia (Medieval) pela Universidade de Barcelona. Departamento de Filosofia, UFSM, Cidade Universitária, CASH, Prédio 74, Camobi, 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: rossatto.dutra@gmail.com

² Professora do Departamento de Letras Clássicas, Filologia e Linguística da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária, Camobi, 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: leilamaraschim@gmail.com

³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, UFSC, Campus Universitário, Trindade, Caixa Postal 476, 88040-970, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: claudioreichertdonascimento@gmail.com

Protocolo da Comissão de Anagni - Ano 1255⁴

Sobre a *Introdução ao Evangelho Eterno* de Geraldo de Borgo

Expomos a seguir o que foi extraído do *Introductorio in Evangelium Eternum* (*Introdução ao Evangelho Eterno*), que o senhor Papa, depois de receber do bispo de Paris, enviou para que fosse examinado atentamente por nós, três cardeais: Odone, cardeal da Toscana, Estevão, cardeal de Preneste, e Hugo, cardeal de Santa Sabina. Consta nele que, por volta do ano 1200 da encarnação do Senhor, o espírito de vida dos dois testamentos despertou, a fim de que surgisse o Evangelho Eterno, segundo comprovamos no capítulo 15, letra “d”, e no capítulo 23, letra “b”.

O livro das *Concórdias* ou da *Concórdia da Verdade* é o primeiro deste *Evangelium*, conforme se pode provar pelo capítulo 17, letra “g”. Em todo o referido capítulo fica claro que este primeiro livro é a *Concórdia* de Joaquim de Fiore. O segundo livro do mesmo *Evangelium*, conforme podemos provar pelo capítulo 20, letra “c”, e principalmente na letra “g”, intitula-se *Apocalipsis Nova*.⁵ O terceiro livro do mesmo *Evangelium* é o *Psalterium decem chordarum* (Saltério de dez cordas), conforme provamos pelo capítulo 21, letras “a” e “g”, e por todo o restante. De acordo com o que foi dito acima, o capítulo 28, letra “f”, traz estas palavras: “No primeiro livro do mesmo *Evangelium Eterno*, ou melhor, no segundo (livro) do segundo (tratado) da *Concórdia*.”

As constatações acima também se encontram no capítulo 31, letra “b” – assim iniciado: *Attendent unum etc.* – em que se distinguem as três citadas partes. E, de igual modo, antes do final do último capítulo, que começa: *Illud attendendum etc.*

O capítulo 24, antes do final, compara o Antigo Testamento ao primeiro céu, o Evangelho de Cristo ao segundo céu, e o Evangelho Eterno ao terceiro céu. Mais expressamente, o capítulo 25 compara o Antigo Testamento à claridade das estrelas; o Novo Testamento à claridade da lua; e o Evangelho Eterno ou do Espírito Santo à luz do sol. E mais, o capítulo 28 compara o Antigo Testamento ao átrio, o Novo Testamento ao lugar santo, e o Evangelho Eterno ao santo dos santos. No capítulo 30, letra “g”, o Antigo Testamento é comparado à casca, o Novo Testamento ao tronco, e o Evangelho Eterno ao cerne.

De igual modo, o capítulo 29 diz que o Evangelho Eterno deve ser entendido segundo a compreensão espiritual, e o Evangelho de Cristo segundo o sentido literal. O Evangelho Eterno é aquele explicado com as palavras de Jeremias (Jr 31, 33), no capítulo 31: *Dabo legem meam*. Que o Evangelho de Cristo tem sentido literal, está comprovado no capítulo 21, letra “f”, onde também consta que o Evangelho do Reino é chamado de Evangelho do Espírito Santo, e não Evangelho de Cristo; e é do próprio texto de Mateus (Mt 24, 14) que vem o argumento para provar isto: “enquanto o Evangelho de Cristo não for pregado em todo o mundo, o tempo ainda

⁴ A tradução foi feita a partir do texto latino de DENIFLE, H. 1885. *Protocol der Commission zu Anagni*. ALKG, I:99-142, segundo a reedição com a tradução italiana de VERARDI, L. 1992. *Gioacchino da Fiore: Il Protocollo di Anagni*. Cosenza, Edizioni Orizzonti Meridionali, 107 p.

⁵ Pelo que se verifica nas citações posteriores, o *Apocalipsis Nova* é a própria *Expositio in Apocalypsim*, que é o texto mais completo de Joaquim sobre o Apocalipse. Na edição veneziana de 1527, ele vem precedido do *Liber introductorius in Apocalypsim*. Além destes textos de Joaquim sobre o Apocalipse, temos outros dois que quase se repetem: o *Prephacio super Apocalypsim* (Joaquim de Fiore, 2002) e o *Enchiridion super Apocalypsim* (Joaquim de Fiore, 1986). (N.T.).

não chegou.”⁶ O capítulo 28, letra “a”, expressa: “A Sagrada Escritura está dividida certamente em três partes, o Antigo Testamento, o Novo Testamento e o Evangelho Eterno”. O mesmo pode ser lido em todo o capítulo. Igual opinião está expressa no capítulo 30, que diz: “*Haec tria sacra volumina*”; e ainda no mesmo capítulo, letra “d”, lemos: “Uma primeira escritura divina é aquela dada aos fiéis no tempo em que se diz ter operado Deus Pai; e outra, que foi dada aos cristãos, no tempo em que entendemos que opera o Filho; uma terceira foi dada em nosso tempo, no qual operará o Espírito Santo com a propriedade do mistério.”

O capítulo 10, letra “d”, diz: “O terceiro estado do mundo, que é próprio do Espírito Santo, será sem enigmas e sem figuras”. Aproximadamente no meio do mesmo capítulo, acrescenta-se: “O apóstolo (I Cor 13, 25), falando sobre a fé e a caridade, distingue o estado da fé, correspondente ao segundo estado do mundo, que é dado por enigmas, do estado da caridade, próprio do Espírito Santo, que não possui o enigma das figuras dos dois testamentos.” Isso se confirma em outros lugares do texto.

Comparando um estado com o outro, afirma: “Em parte conhecemos e em parte profetizamos.” Diz ainda: “Quando, então, estiver tudo consumado e houver chegado o tempo da perfeição na caridade, isto é, o terceiro estado do mundo, desaparecerá aquilo que existe parcialmente.” De igual modo, retoma: “Cessarão todas as figuras e a verdade dos dois testamentos aparecerá sem revestimento algum.” E imediatamente conclui: “Agora vemos, portanto, através de um espelho (I Cor 13, 12).”

O capítulo 8 traz: “Assim como no princípio do primeiro estado apareceram três grandes homens, Abraão, Isaac e Jacó, dos quais o terceiro, Jacó, como se sabe, teve 12 filhos, no princípio do segundo estado, também apareceram três, Zacarias, João Batista e o homem Cristo Jesus, que teve doze seguidores, de igual modo, no princípio do terceiro estado aparecerão três homens semelhantes: ‘um homem vestido de linho’, ‘um anjo com uma foice afiada’ e outro anjo trazendo o ‘selo do Deus vivo’ (Dn 12, 7; Ap 14, 14; 7, 2). Dos três, o homem vestido de linho terá 12 discípulos, dos quais ele mesmo será o cabeça, assim como Jacó teve 12 descendentes no primeiro estado, e Cristo no segundo.”

Que o homem vestido de linho é Joaquim está provado na metade do capítulo 22 – que inicia com estas palavras: *De quinque intelligentiis generalibus et vii typicis* – e assim diz: “Um homem vestido de linho, revela os mistérios do profeta Jeremias. Eis aí a explicação do sentido histórico, moral, tropológico etc.”

De novo, no início do capítulo 24, podemos ler: “O povo do terceiro estado do mundo deve estar atento a esta Escritura, assim como o povo do primeiro estado ao Antigo Testamento, e o povo do segundo ao Novo Testamento, ainda que isto não agrade às gerações presentes.”

O capítulo 13, próximo ao meio, afirma que o Evangelho Eterno foi entregue e confiado a uma ordem em especial, que procede da ordem dos leigos e da dos clérigos, na qual se integram, igualmente, leigos e clérigos. A ordem indicada no final do capítulo 26 é a dos descalços (*nudipedum*). O mesmo tema volta ao final do capítulo 22, assim como no fim do capítulo 27 e do 28, letra “c”, assim iniciado: *Ibi multi speciales intellectus*. E ainda, ao final do último capítulo: *Nunc autem ob reverentiam*.

No capítulo 12, ao final, constam estas palavras: “[...] até o anjo que recebeu o selo do Deus Vivente, e que apareceu por volta de 1200 da encarnação do Senhor [...]”. Frei Geraldo (de Borgo) entende que o referido anjo foi reconhecido em São Francisco (de Assis).

⁶ Para a tradução das citações bíblicas, seguimos: Bíblia Sagrada (2001), na tradução da CNBB. Algumas passagens foram adaptadas para guardar fidelidade terminológica ao texto de Joaquim de Fiore, que segue a versão latina da Vulgata. (N.T.).

No capítulo 9, estão escritas estas palavras: "O primeiro estado esteve sob a lei, o segundo sob a graça, o terceiro sob uma graça ampliada, a qual, segundo João (Jo 1, 16), nos foi concedida por Deus. O primeiro foi no temor, o segundo na fé, o terceiro na caridade."

No capítulo 3, próximo da metade, lemos: "As obras que o Deus da Trindade fez, desde o início até agora, são somente obras do Pai." E logo após: "E aquele tempo no qual o Pai operou é o princípio dos tempos, ou o primeiro tempo, e pode ser chamado de primeiro estado do mundo."

No final do capítulo 7, letra "c", estão escritas estas palavras: "A respeito das gerações do terceiro estado do mundo, ainda não sabemos a duração de quantos meses ou anos cada uma terá, sabemos somente que tais gerações serão muito breves, como aparecerá mais adiante em muitos lugares do texto."

Pelo exposto, podemos ver que, em todas as partes deste livro, encontramos erros e fantasias. Por isso, desnecessário é elencar mais citações, pois acreditamos que as trazidas aqui são suficientes para conhecimento do restante do livro.

Sobre o pensamento de Joaquim de Fiore

Dia 8 do mês de julho do ano 1255 do Senhor. Estão aqui presentes na sede de Anagni: Odone, cardeal da Toscana, e o irmão e cardeal Hugo, como auditores e inspetores enviados pelo Papa; e o reverendo Estevão, cardeal de Preneste, que neste momento cumpre a função de capelão. Também está presente aqui o mestre Florêncio, bispo de Ancona, que nos apresenta alguns trechos extraídos dos livros de Joaquim, considerados por ele suspeitos de heresia. Segundo ele, alguns de seus livros (de Joaquim), ou mesmo parte deles, não poderão ser comentados ou levados a público. Depois de examinar os escritos de Joaquim, ele concluiu que tais ideias devem ser condenadas.

Para que estas opiniões fossem ouvidas e examinadas, nos reunimos com outros dois mestres, o irmão Bonevaletto, bispo da Igreja panadense [naquela época sob o patriarcado de Constantinopla], e o irmão Pedro, leitor dos irmãos pregadores e inquisidor de Anagni, que tem os originais da obra de Joaquim, trazidos do mosteiro de Fiore. Ele, com atenção, diante de nós, procedeu ao exame dos originais, a fim de verificar se os trechos apresentados pelo bispo de Ancona, pouco antes lidos pelo nosso relator, conferem com os livros de Joaquim.

Primeiramente, serão analisados os fundamentos da doutrina de Joaquim. Ele propõe três estados do mundo, no capítulo 4, do segundo livro (da *Concórdia*, f. 8b) – que inicia em *Intelligentia vero illa etc.* –, afirmando: "Houve um tempo em que os homens viveram segundo a carne, de Adão até Cristo; um segundo, entre a carne e o espírito, que se estende até o presente, tendo início com o profeta Eliseu, ou bem com Ozias, rei de Judá, que viveu segundo o espírito até o fim de seus dias. E um terceiro, no qual se viverá de acordo com o Espírito, que vai de São Bento até o fim dos tempos. O tempo de frutificação do primeiro estado, que tem início em Adão, vai de Abraão a Zacarias, pai de João Batista. O segundo estado frutificou de Zacarias até o fim da quadragésima segunda geração, que inicia em Ozias e vai até os dias de Asa, nos quais Eliseu foi chamado pelo profeta Elias. O terceiro estado começou a frutificar na vigésima segunda geração, a contar de São Bento, e vai até a consumação dos séculos."

No capítulo seguinte (cap. 5), Joaquim distingue as três ordens de eleitos, correspondentes aos três estados do mundo, sendo que a primeira é a dos casados, a segunda a dos clérigos, e a terceira a dos monges: "A ordem dos casados, iniciada em Adão, começou a frutificar em Abraão. A ordem dos clérigos, iniciada em Ozias, rei de Judá, que ofertou incenso ao Senhor, ainda que não impunemente, frutificou,

pois, em Cristo, que é o verdadeiro rei e sacerdote. A ordem dos monges começou com São Bento e frutifica ainda em nosso tempo.”

Quanto durará o segundo tempo, ou tempo médio, está escrito no segundo livro da *Concórdia* (f. 9c), capítulo 9 – que começa em *Propter haec veneranda mysteria* –, com as seguintes palavras: “Estaremos em condições que são próprias a cada estado: o primeiro iniciou em Abraão, Isaac e Jacó, indo até Zacarias (Lc 21, 25), pai de João Batista (Lc 17, 30), ao próprio João e a Cristo Jesus. O segundo, de Cristo até o presente. O terceiro, do presente até o fim dos tempos.”

O número de gerações que compõem o segundo estado está indicado no mesmo livro (II, cap. 4, f. 20a) – que começa em *In tertia vero arbore* –, com estas palavras: “Desde Zacarias, pai de João Batista, até o final deste estado são 42 gerações.”

O número de anos que compõem as 42 gerações do segundo estado está indicado no mesmo livro (*Concórdia*, f. 20a), como provam diversas passagens: 30 anos corresponde à idade que viveu o Senhor Jesus, tendo (12) filhos espirituais; a idade (12 anos) em que Davi foi ungido e tornado rei, mais a idade de Ezequiel, quando (aos 18 anos) começou a profetizar, resulta o número 30, correspondente à fé na Trindade. Por isso, a não ser por grande necessidade, ninguém deve ascender à dignidade sacerdotal, no Novo Testamento, antes dos 30 anos, para que não seja diferente do Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, guia no caminho da Igreja.

Pouco depois (*Concórdia*, f. 12b): “As gerações da Igreja são consideradas em um espaço de trinta anos cada uma delas, e de acordo com Mateus (Mt 1, 1), que divide o primeiro estado em quarenta e duas gerações, também o segundo estado, sem dúvida, compreenderá a mesma divisão, tendo um idêntico conjunto de gerações. Idênticos são também os dias em que Elias se escondeu da face de Acab, e aqueles relativos ao tempo em que a mulher vestida de sol (Ap 11,6), que designa a Igreja, se manteve escondida da Serpente na solidão (a saber: 1260 dias). Substituindo os dias por anos, temos 1.260 anos.”⁷

Sobre as gerações do terceiro estado, lemos na sequência do capítulo 17 (*Concórdia*, f. 12c) – que começa em *Memorari debemus* –, estas palavras: “Sem dúvida, o terceiro estado, que será iniciado em breve, requer um número de cinquenta anos para o grande jubileu da liberdade.” Em seguida, ganha destaque a importância das três pessoas para os três estados, no quinto livro da *Concórdia*, terceira parte, primeira distinção, capítulo 2, letra “b”, em que lemos: “No primeiro estado, a ordem dos casados foi autorizada por Deus Pai; no segundo, a ordem dos clérigos foi glorificada pelo Filho; e, no terceiro estado, a ordem dos monges será iluminada pelo Espírito Santo. Na primeira ordem, certamente, veneramos a imagem do Pai, na segunda a imagem do Filho, e na terceira a do Espírito Santo.”

O segundo livro (da *Concórdia*), capítulo 7 – que começa em *Quod autem tres generationes etc.* –, diz: “Porque verdadeiramente são três pessoas em um único Deus, diz o Filho acerca do Pai e de si próprio: ‘Até então meu Pai operou e agora eu opero’ (Jo 5, 17). Mas quando foi que o Pai operou sem o Filho e o Filho sem o

⁷ Joaquim de Fiore supõe o cálculo: 42 gerações de 30 anos cada uma delas é igual a 1.260 anos. Porém, há uma diferença entre o número 1260 e o ano 1260 da encarnação de Jesus. Joaquim jamais indica o ano 1260 como sendo o ano exato do término (*consummatio*) do segundo e do início (*initiatum*) do terceiro estado. Para ele, as gerações deste período corresponderiam à frutificação (*fructificatio*), e não ao início (*initiatum*) do terceiro estado. Diferente é a aplicação posterior feita pelos joaquimitas e franciscanos espirituais, e possivelmente por Geraldo de Borgo. Por isso, não adotamos a tradução de Verardi (1992, p. 17) para a passagem latina: “[...] *accepto hoc dubium die pro anno, et mille CCLX diebus pro totidem annis*” (1992, p. 64), traduzida ao italiano por: “*Sostituendo gli anni ai giorni, tale numero indica esattamente l’anno 1260 dall’Incarnazione di Cristo.*” O texto latino não indica isso em absoluto. Apenas indica que os conjuntos de 42 gerações (30 anos cada), que compõem os três estados do mundo, resultam no número 1.260, tal como sugerem, para o abade, as cifras constantes nos apocalipses de Ezequiel e de Daniel, nos livros de Tobias e de Judite, no Antigo Testamento; e no Apocalipse de João e no Evangelho de Mateus, no Novo Testamento. (N.T.).

Pai? Todavia, Ele diz: 'até agora', querendo que se compreenda até Cristo, de modo semelhante aos que são chamados de pais e que veneram a primeira pessoa da Trindade como imagem do Pai. Assim, de modo semelhante aos que foram redimidos pelo sangue de Cristo e se tornaram filhos de Deus por meio do batismo, por obra do Espírito Santo, nós devemos venerar a segunda pessoa da Trindade na imagem do Filho, Criador e Senhor do universo, pois Ele tomou a nossa carne e se tornou primogênito de muitos irmãos, como Ele mesmo nos disse e também o apóstolo Paulo. O próprio Senhor e Redentor, que já havia batizado os apóstolos, falou: 'Em breve sereis batizados com o Espírito Santo' (At 1,5). E manifestou, em seguida, que o Espírito Santo opera no homem espiritual, o qual é esperado no período próximo ao fim dos tempos, ainda que o mesmo Espírito já o tenha precedido por meio de alguns. Então, será consumada a obra já iniciada por poucos e prometida a muitos, conforme disse Joel (Jl 2,28): 'O Espírito verterá sobre toda essa carne e vossos filhos e vossas filhas profetizarão.'" Ele fala amplamente disto em outros lugares.

O mesmo tema se repete ainda no *Enchiridion* (f. 32r) ou no *Introductorio super Apocalipsim* – que começa em *Nunc de VII tempore et VII signaculo etc.* –, do seguinte modo: "Podemos crer que a concórdia se dá entre o segundo e o terceiro estado, assim como se deu entre o primeiro e o segundo, de modo que o Filho disse a respeito do Pai e sobre si mesmo, estas palavras: 'Até aqui operou meu pai, daqui em diante eu opero' (Jo 5, 17). Assim, o Espírito Santo, que opera mais com ações do que com a voz, dirá: até aqui o Filho e o Pai operaram, agora eu opero."

O fundamento desta doutrina está exposto, em resumo, de modo semelhante no (*Liber*) *introductorius in Apocalypsis*, capítulo 3, letra c, intitulado *De tribus statibus mundi*, que inicia em *Primum trium statuum etc.*

É nestes fundamentos que se apoia toda a doutrina de Joaquim, a qual, diferentemente da fé, prediz muitas coisas para o segundo e o terceiro estado, e acerca de qual ordem deverá dominar o terceiro estado até o fim dos tempos.

Dentre todas estas coisas, destacamos a seguir os pontos principais.

A Nova Ordem

No primeiro e no segundo livros da *Concórdia*, tratando do terceiro estado, capítulo 45, letra "c" – que inicia em *Radix prime arboris* –, Joaquim diz: "Assim como em João Batista se completaram as coisas antigas nas novas, agora deve ser considerado antigo o que antes era tido como novo, pois o Senhor fará coisas novas sobre a terra." No texto e nas notas, ele ainda acrescenta o que está escrito em Hebreus (Hb 8, 13), em que se lê que devem cessar aquelas coisas até agora pertencentes ao Novo Testamento.

Pouco antes do fim do primeiro tratado do quarto livro da *Concórdia*, encontramos estas palavras: "Na igreja, iniciou a quadragésima segunda geração ou a hora que só Deus conhece, a qual, como se sabe, acabará com a tribulação geral e com a separação do joio e do trigo. Só então ascenderá da Babilônia um Novo Guia (*dux novus*), o pontífice universal de uma Nova Jerusalém, que significa a Santa Madre Igreja, como está escrito no Apocalipse, (Ap 7, 2): 'Eu vi um anjo que surgia do oriente trazendo o selo do Deus vivo e com ele a relíquia dos bem-aventurados'. Além disso, ele não ascenderá com o passo dos pés, nem com a mudança dos lugares, mas quando for dada a plena liberdade para que a religião cristã se renove, e para que seja pregada a palavra de Deus que já estava reinando através do Senhor dos exércitos sobre a terra."

Joaquim diz que a Igreja deve ser purgada de todo o joio na quadragésima segunda geração, para a qual não restam mais do que cinco anos. Contudo, depois disso, não haverá o fim do mundo, pois o terceiro estado está compreendido por 50 gerações, tal como já foi dito.

Contra esta ideia escreve Agostinho, no capítulo 40, do *Livro sobre a fé de Pedro (Liber de fide ad Petrum)*, quando diz: “Mantém-te firmemente e de nada duvides! A arca de Deus é a Igreja, na qual estão misturados, até o fim dos tempos, o cereal e a erva daninha.”

Agostinho fala da mistura do cereal (*frumentum*) com a erva daninha (*palea*), Joaquim fala do trigo (*tritici*) e do joio (*zizania*) e acerca da separação entre eles. Mas Agostinho, logo em seguida, ao tratar da lei da fé, diz: “Isto quer dizer que os bons e os maus se misturam na comunhão dos sacramentos, e em cada ordem, seja de clérigos, de monges ou de leigos, os maus estão misturados aos bons. Conforme o princípio da razão, da fé e da caridade, os bons não devem ser abandonados em favor dos maus, mas os maus devem ser tolerados em virtude dos bons. No fim dos tempos, os bons e os maus devem ser separados ainda no corpo, quando Cristo, trazendo o ventilabro na mão, vier purificar o mundo.”

Ao final do mesmo livro, conclui Agostinho: “As coisas ditas no decorrer dos quarenta capítulos se referem aos princípios da fé. Crê com pertinência, conserva e defende estes princípios, e foge de quem ousar contrariá-los, tanto quanto foges de uma peste ou de um herege.”

Agostinho acolhe o ensinamento evangélico de Mateus, capítulo 3 e 12, onde o Senhor fala que o joio e o trigo devem crescer juntos até a colheita, e diz em seguida: “A colheita será na consumação dos tempos.”

E a propósito de quem é o Guia (*dux*) predito por Joaquim, encontramos no Livro V da *Concórdia*, na segunda parte da primeira distinção do capítulo 18 – que começa em *Sexto die etc.* –, as seguintes palavras: “Lia pariu seis filhos. Quase no fim do sexto tempo nasceu José, que se tornou chefe de seus irmãos e dominou todo o Egito, tanto que o próprio Faraó lhe obedecia e seguia seus conselhos. Porém, no futuro, haverá uma única ordem em toda a terra, semelhante a José, a Salomão e até mesmo ao Filho do homem. Conforme foi dito pelo profeta: ‘Nele, por ele, segundo ele, cheio de glória e dignidade, subjugará os animais e toda a terra’, para que se cumpra a promessa do Salmo que diz: ‘Dominará de um mar ao outro, de um rio ao outro até os limites da terra’ (Sl 71, 8). Como disse Daniel (7, 27): ‘O reino, com o poder e a grandeza que está em todo o céu, será dado ao povo dos santos do altíssimo’. O povo dos santos é aquele da ordem dos justos, que virá próximo ao final, conforme está escrito a respeito de Salomão (II Rs 7, 14): ‘Eu serei para ele pai e ele será para mim como um filho’.”

Pouco depois, no mesmo capítulo 18, (Joaquim) diz: “O que quer que se busque sob aquela santidade ou daquela ordem está demonstrado em Zacarias (13, 7-9): ‘Estenderei a minha mão aos pequenos e estarão em toda a parte as coisas que disse o Senhor: (note-se como se engana e abusa da autoridade) duas partes perecerão e a terceira parte será salva, mas a purificarei pelo fogo assim como se purifica a prata, e a examinarei assim como se examina o ouro. Ele invocará o meu nome e eu o ouvirei’. A mesma ordem não existirá sem os prelados que estão sob os cuidados do vigário de Cristo. Na verdade, a compreensão geral engloba também os mesmos prelados sobre os quais governará Jesus Cristo, que deve dominar e reinar até que coloque todos os seus inimigos sob os seus pés (Sl 109, 1). Sem dúvida, a Ada (Gn 4, 17), que lhe foi dada como companheira, significa a Igreja espiritual, por meio da qual é pregado o Evangelho do Reino por todo o universo.”

Na quinta parte da primeira distinção, no capítulo 56 e 57 – que inicia em *Repetenda sunt verba* –, quando Joaquim fala do mistério do copeiro e de José e designa no serviçal a ordem dos clérigos e em José a dos espirituais, lemos: “Para que percorramos o mistério completo do copeiro, mencionamos a narrativa que diz respeito a Constantino que, ao escutar a palavra de Cristo, chamou o santo papa Silvestre do cárcere e fez-se por ele batizar. E, depois de três dias, que sim-

bolizam mais ou menos trezentos anos da encarnação do Senhor, Constantino, já convertido, honrou a Igreja. Isso no que diz respeito ao copeiro. E José? Por que permaneceu no cárcere, quando o copeiro já havia sido libertado? Acaso não vem primeiro o animal e depois o espiritual? Sem dúvida, primeiro era preciso pregar o Evangelho segundo a verdade da letra. Depois, quando o mundo já estiver em idade avançada, o Evangelho deverá ser pregado conforme a compreensão espiritual, a qual pertence aos que são significados por José. Se, no tempo de Constantino, o copeiro foi glorificado, isto é, aquela ordem que o copeiro designa, qual é o tempo passado, presente ou futuro, no qual será glorificada a ordem significada por José? Em verdade, o mistério não pode ser revelado, porque não está claro o número de anos que transcorreram desde a absolvição do copeiro.”

Em outras passagens, é possível entender que isto sucederá entre o fim do segundo estado e início do terceiro: “Naqueles dias, os homens buscarão a compreensão espiritual capaz de explicar as visões que estão escritas nos livros: depois de sete anos de abundância, haverá sete anos de carestia e todos terão de viver com o trigo que José colheu. Segundo a compreensão geral, estes anos designam os sete tempos do primeiro estado, nos quais o trigo da palavra de Deus foi reunido nos livros dos profetas, e os sete tempos do segundo estado, nos quais estão abertos os celeiros das palavras de Deus. Segundo a compreensão espiritual, pela qual agimos agora, sete anos abundantes significam o nosso tempo, no qual até aqui se pôde pregar a palavra de Deus e esconder o trigo no coração dos eleitos, aguardando o período de carestia. (Aqui se fala do primeiro Anticristo, do qual está dito: virá ao final do segundo estado; não do segundo Anticristo, que virá ao final do terceiro, chamado Gog, do qual falaremos depois). A verdadeira carestia virá no tempo do Anticristo, durante o domínio em que não será possível semear nem colher. Mas ter-se-á só o alimento concedido pela vontade do Espírito do Deus Vivente. Será aberta a boca dos mudos e a todos será pregado o Evangelho, para que estes tomem dos celeiros o alimento dos corações dóceis, por meio dos servos da sua casa. Foi escrito pelos sábios da época: ‘Os doutos ensinarão as multidões’ (Dn 11, 33). Então, a mesma multidão, como no Egito, pedirá o alimento aos homens sábios, para libertar-se da morte da alma, e toda a multidão será submetida a Cristo, como o Faraó. E não será menor a alegria do que a da casa de Jacó, embora tenha vendido um dos irmãos. O povo abandonará a soberba, e haverá um só povo, representado por José, com os irmãos e o domínio dos santos. Neste tempo, ocorrerá a sucessão do Pontífice Romano, de um mar ao outro, de um rio ao outro, até os confins do mundo. Aqui é o fim da história de José, segundo tal compreensão. Se, pois, quisermos continuar a história desde o tempo em que José desceu ao Egito até Moisés, segundo a compreensão espiritual, ela indica a plenitude dos povos. Quando José dominou no Egito, o Espírito Santo exerceu o domínio sobre o povo através dos homens espirituais. No terceiro estado, ocorrerá algo semelhante, não de todo idêntico ao que ocorrera no reino da carne, para que se cumpra aquilo que disse o Apóstolo (I Cor 13, 9): ‘Nós parcialmente conhecemos e parcialmente profetizamos; mas quando virá o conhecimento perfeito, desaparecerá o que é parcial’.”

E antes do fim do mesmo capítulo 57: “Os 400 anos nos quais os filhos de Israel estiveram no Egito significam as quarenta gerações da encarnação de Cristo, ou seja, desde seu batismo até o tempo presente, quando todas estas coisas estão por chegar ao seu final. Se esta geração perversa e adúltera procura um sinal visível para poder crer, saiba que nenhum outro sinal terá a não ser aquele do profeta Jonas: o povo foi mantido no deserto, por 40 anos, tentado na sua fé. Significa isso que virá o tempo do Anticristo. Todavia, o Senhor, por causa dos eleitos, abreviará este tempo ao momento em que haverá uma tribulação jamais verificada até então: ‘Naqueles dias haverá uma grande abominação da desolação’ (Mt 24, 21-22).”

O frade Geraldo explica: “a abominação significa o advento de um pseudopapa”. Também em outra parte, na qual ele cita o *Livro da Concórdia*, se lê o mesmo. É o livro quinto da *Concórdia* (cap. 104), que fala do profeta Zacarias, no ponto que inicia em *In Evangelio Dominus: cum vederitis abominationem desolationis, quae dicta est a Daniele etc.* Então o frade Geraldo comenta: “Tal abominação será certamente por causa de um papa, caído no pecado da simonia, no final do sexto tempo”, conforme está escrito no pequeno livro (de Geraldo de Borgo) que comenta as obras de Joaquim.

No mesmo capítulo (cap. 104) e no seguinte, intitulado *De Samuele et David: Post Abraham et Moysen*, (Joaquim) afirma quase no final: “Feliz aquela ordem que Deus preferiu a todas as outras, porque gozará da paz e dominará de um mar ao outro, de um rio a outro até os confins da terra.”

E ainda no final do extenso capítulo 65:

“A velhice de Davi significa a velhice deste segundo estado e a da ordem clerical militante na interpretação do Evangelho segundo a letra. A mulher sunamita, que se uniu a ele e não concebeu, será uma nova vida religiosa, totalmente livre e espiritual, na qual os pontífices romanos viverão na alegria e na paz da Igreja. Todavia, o Pontífice Romano, ao tentar salvar a sua antiga ordem, começará a enfraquecer-se, mesmo antes de chegar a velhice. Levantar-se-ão alguns que parecem estar prontos ao combate para continuar no Reino da Igreja, em defesa do seu pai, mas não conseguirão porque não será necessário que reine uma ordem guerreira em período da paz. É preciso dar continuidade àquela ordem indicada em Salomão e amar a contemplação e a paz. Não reinará Adonias, que usurpou o reino para si, mas Salomão, nomeado pelo rei, com a aprovação dos profetas, e sentará, de acordo com a vontade do Pai, no trono de Davi, julgando com retidão. Mas não será menor a Igreja de Pedro, que é o trono de Cristo, como acontece com os filhos da mulher no final do Antigo Testamento, porque Ela, com a chegada de uma glória maior, permanecerá estável no eterno.”

No início do capítulo seguinte, falando de Salomão: “Depois da morte de Davi, reinou seu filho Salomão. Mas o Senhor havia dito a Davi: ‘Quando repouzares com os teus antepassados, farei nascer de ti a semente e fortificarei o reino deles. Ele mesmo construirá a casa em meu nome e eu lhe darei um trono estável. Eu serei para ele como um pai e ele será para mim como um filho’ (II Sm 7, 12-14). Os judeus consideram que tais palavras foram atribuídas a Salomão, não levando em conta o seu destino infeliz. Ele não é o filho do qual falou o Senhor: ‘Eu serei para ele como um pai e ele será para mim como um filho’. O Senhor, que com um gesto criou a terra do nada, não mora em palácios dourados e mármore esculpido (At 12, 24). Aqui não se fala de Salomão, mas, segundo a interpretação literal, de Cristo; e, segundo a interpretação espiritual, refere-se à ordem futura que, no fim (do terceiro estado), converterá o mundo a Deus com a pregação e a ameaça do castigo. Mais claramente, podemos compreender de qual ordem se fala, pois, diz o Senhor: ‘Eu serei para ele um pai e ele será para mim um filho’. Aqui se fala de Jesus Cristo, mas sobretudo da ordem indicada, porque é preferível considerar mais a filiação adotiva que a natural. Portanto, Deus onipotente, para o seu Unigênito, não é um Pai, mas o verdadeiro Pai; e Jesus não é um filho, mas o verdadeiro filho.”

No *Tractatus super quatuor Evangelia* (Joaquim de Fiore, 1930, p. 86), falando da apresentação de Cristo no Templo, no dia Purificação, Joaquim assim escreve: “Simeão, justo e temido, representa os pontífices romanos nos quais se perpetua a promessa do Senhor feita a Pedro: ‘Eu roguei por ti, a fim de que a tua fé não se enfraqueça’ (Lc 22, 32). O sucessor de Pedro aspira à realização desta promessa, e quando for concedido ao papa ver o que deseja, como é justo que ele veja se completar o dom do Espírito Santo no povo cristão, então acreditaremos no ad-

vento de Elias, o qual virá para realizar todas as coisas (Mt 17, 11). O pontífice verá aquela santa ordem, da qual nasceu a igreja espiritual, ressurgir e chegar à luz; ele a acolherá no abraço da fé e do amor (2 Tim 1,13) e confirmará que o espírito vivificante está presente nela, e que a ela corresponde a salvação do mundo. O espírito atuará nela para que se pregue o Evangelho do Reino em todo o mundo (Mt 24; Mc 14,9), aquele Evangelho do qual fala João no Apocalipse (14, 6), onde afirma: 'Eu vi o anjo de Deus no meio do céu; foi dado a ele o Evangelho Eterno'. Mas por que o Senhor diz Evangelho do Reino e João diz Evangelho Eterno, a não ser que o mandato que recebemos de Cristo e dos Apóstolos, por meio da fé nos sacramentos, que são transitórios e temporais, adquire o significado de eterno?

Quando a ordem contemplativa, como uma criança, se manifestar na Igreja de Deus, justa, sábia e espiritual, poderá então suceder à ordem clerical, fundada pelo Senhor para propagá-Lo na vida ativa; como Davi que foi sucedido por Salomão, e Pedro, o Príncipe dos Apóstolos, por João Evangelista, e sobretudo como Cristo, que sucedeu a João Batista. Então, o Pontífice, feliz e confortado, suportará os tormentos do Anticristo, com paciência e equilíbrio, vivenciando aquilo que disse o Senhor a Pedro (Jo 21, 18): 'Quando fores velho, estenderás as mãos e outro te conduzirá onde tu não queres'. Como o velho Simeão acolheu entre os braços a criança, assim os sucessores de Pedro, que são os depositários da fé e têm a faculdade de discernir o sagrado e o profano, vendo aquela ordem que imita as pegadas de Cristo, sustentá-la-ão na virtude espiritual com o dom da autoridade, e (o Espírito) confirmará, com as palavras dos seus testemunhos, que chegaram os tempos anunciados pelos profetas. Daniel (7, 27) diz: 'O reino que se estende abaixo de todo o céu será dado ao povo dos santos'.

O Pontífice não poderá lamentar-se pela sua morte quando souber que sua voz continua numa melhor sucessão. Sabemos, de fato, que, como uma ordem é destinada a preceder a outra, outra é destinada a suceder a esta, e isto não altera em si a fé, mas aquilo que é próprio da religião. Quando uma ordem começa a ser difundida, conservará o seu nome até quando não acabar a sua sucessão. Se outra ordem sai da primeira e toma uma forma diferente, e melhor, não se pode considerar, por isso, igual à primeira, mas outra que procedeu da primeira. Quem sabe se a primeira ordem, vendo o fruto de seus sucessores, possa lamentar-se pelo fato de que cessa de existir como particular para se tornar universal? Esteja longe tal tentação, e sobretudo do sucessor de Pedro! Que a inveja não o consuma!

Na perfeição espiritual da ordem, o Pontífice verá um só espírito caminhar na doutrina do seu Deus, por todas as trilhas dos seus preceitos. Por isso, o Pontífice deverá estar feliz e dizer: 'Agora deixa, ó Senhor, que o teu servo vá em paz, segundo a tua palavra, pois que os meus olhos viram a tua salvação' (Lc 2, 29-30). E acrescentará: 'Haja Luz para as gentes e para o povo de Israel' (Lc 1, 32). Por meio da luz espiritual, dada aos gentios, as verdades escondidas nas trevas serão descobertas; e por meio desta mesma luz, Deus será glorificado mediante a conversão do povo de Israel."

Até aqui Joaquim exalta e prega a vinda de uma nova ordem ao final do segundo estado, da qual ainda não se conhece nada; e para que isso ocorra não faltam mais do que cinco anos. Como se evidencia nas coisas ditas anteriormente, ele não exalta uma ordem mais que as outras, mas sobre toda a Igreja e todo o mundo. Tal pensamento se repete em muitas outras partes da sua obra. Neste ponto, o pensamento de Joaquim começa a vacilar nas suas próprias palavras. De fato, ele assevera que as coisas ditas começarão a acontecer na quadragésima geração ou na quadragésima segunda. Este é o primeiro equívoco, pois a quadragésima geração já passou há 55 anos.

E a propósito do que afirma, está confirmado não só na expressão *Sane quadringenti anni quibus filii Israel etc.*, mas também no livro quinto da *Concórdia*,

capítulo 17, no parágrafo sobre a transfiguração da Babilônia – *Post ea quae dicta sunt de gestis Eliae* – antes do fim do capítulo:

“Quando se completaram os 40 anos, Ciro deu aos judeus a liberdade de reconstruir o templo do Senhor, e algum tempo depois, sob Artaxerxes, reconstruir o muro de Jerusalém. Assim, quando se completar a quadragésima geração da encarnação do Senhor, é preciso dar a plena liberdade do Espírito Santo aos fiéis e cantar aleluia. No entanto, uma grande tribulação, que virá ao final do segundo estado, e permanecerá até quando se cumprir aquilo que diz a Verdade, precederá o nascimento da Igreja: ‘Em verdade vos digo que implorareis e chorareis, mas o mundo, ao invés, se alegrará. Mas vós sereis felizes e o vosso coração se alegrará e ninguém poderá tolher-vos a alegria’ (Jo 16, 20-22). A liberdade dada por Ciro indica que já está para se concluir o primeiro advento de Cristo, e que é preciso esperar o advento do Espírito Santo, que procede do Pai. A liberdade concedida por Dario, o persa, representa o final do segundo estado e o advento do Espírito Santo, que procede do Filho” (aqui Joaquim distingue as duas processões do Espírito Santo: uma do Pai, outra do Filho).

Joaquim afirma que as coisas preditas acontecerão ao final da quadragésima geração ou ao fim do segundo estado, e não só o povo pagão se converterá, mas também o povo judeu. Desta conversão, porém, não há nenhuma esperança, uma vez que deveria chegar dentro de cinco anos, ou seja, ao final do segundo estado ou da quadragésima segunda geração.

O que afirmamos acima não foi retirado do significado interior das palavras, mas do próprio livro (V) da *Concórdia*, no capítulo (51) sobre os mistérios de Jacó – *Non est omnino similis etc.* –, que diz:

“Jacó, ao final de sua viagem, retornou ao pai, porque se completaram os tempos desta sexta idade, na qual se abre o sexto selo. Assim, todas as nações se unirão aos judeus e haverá um só rebanho e um só pastor”. E, no mesmo livro, ao final do segundo parágrafo (cap. 54): “Se não compreendermos o mistério do véu posto entre o povo e o altar, não compreenderemos as razões do quadragésimo dia, no qual se consagra o sagrado crisma e se é afastado da presença do altar, para que, depois, possamos ver o mistério, não como um espelho, mas diretamente (I Cor 13, 22). No tempo da quadragésima geração, é necessário que seja tirado o véu da letra do coração de muitos, para que os rebeldes e os judeus, após retirarem o invólucro do coração, se convertam a Deus. Depois, então, acontecerá a abertura do sexto selo, como no dia da Páscoa, que é o sexto dia da semana.”

De igual modo, na segunda parte do Livro III da *Concórdia*, capítulo 7, ou no penúltimo capítulo – *Sextum signaculum* –, quando fala do sexto rei que, segundo Daniel (8, 24), fará sofrer os Santos de Deus, e do sétimo, que, sobre cada credo, destruirá todas as coisas, Joaquim diz: “Quando isto acontecer, digo claramente, o tempo estará próximo, mas o dia e a hora só Deus sabe. O que podemos estimar mediante a concórdia, é o seguinte: se houver uma trégua para estes males, ela virá no ano 1200 da encarnação de Cristo. Estas coisas não acontecerão de repente, mas serão muitos os indícios a respeito do tempo e da hora. Haverá uma grande tribulação jamais verificada desde o início do mundo, como está claro na abertura do sexto selo, no livro do Apocalipse (6, 15), onde, entre outras coisas, está escrito: ‘os reis, as tribos, os príncipes, os ricos e os poderosos, os libertos e os escravos se esconderão nas grutas e entre as pedras das montanhas’.”

No (*Liber*) *introductorius in Apocalipsis*, capítulo 20, letra “e” (diz Joaquim):

“Seguiu, pois, Benjamin, nascido após a morte da mãe; isto significa que os judeus serão convertidos ao fim do segundo estado, não no final do terceiro ‘ao qual o fim dos tempos chegou’ (I Cor 10,11), uma vez que não estamos no tempo predito pelo Apóstolo.”

E, no mesmo *Introductorius*, capítulo 25, letra “c”, Joaquim repete as palavras do Apóstolo ‘a quem o fim dos tempos chegou’, e acrescenta: “É preciso que eu repita por três vezes as palavras do Apóstolo, antes que passe o mundo e antes que passem as coisas transitórias e venham as coisas eternas; antes ainda que se completem os tempos dos judeus e os tempos nos quais restavam ainda rastros dos povos pagãos.”

E na *Concórdia* (Livro V, cap. 18), falando do capítulo 12 de Daniel (12, 6-7): “Quando virá o fim destas maravilhas? Eu ouvi um homem vestido de linho, que estava na margem do rio e, levantando a mão direita, jurava em nome do Deus Vivente: um tempo, dois tempos e a metade de um tempo (*in tempus et tempora et dimidium temporis*).” Joaquim explica: “Gostaria que o leitor refletisse sobre estas palavras de Daniel, porque falamos difusamente sobre este ponto; dele agora trataremos em síntese. Esta passagem significa nada mais que isso: um tempo, dois tempos e a metade de um tempo, será o fim de todas as maravilhas. O tempo estabelecido vai até a abertura do sexto selo, que em muitos lugares recordamos. Nestas 42 gerações, existem sete sinais. Isto quer dizer: um tempo, dois tempos e a metade de um tempo. Nestes ‘tempos’, se completam as coisas maravilhosas preditas pelo sexto anjo, enquanto o outro anunciava ao som da trombeta: ‘Não haverá mais tempo’ (Ap 10, 6). Porém, na voz do sétimo anjo, que soa com a trombeta, estará completo o mistério de Deus.”

E mais abaixo: “Agora que já estamos na quadragésima geração, na qual está indicado o tempo estabelecido, as palavras se tornam claras no significado.” Pouco depois: “Digo, ó fiéis, com certeza, que está para se completar o número dos dias.” Mais adiante: “Não colocarei um final no livro, já que este foi estabelecido pelo Senhor. Este é o significado: um tempo, dois tempos e a metade de um tempo. Procuramos explicar isto no início da obra e agora estamos chegando ao ponto estabelecido. Não é preciso ir além disso, uma vez que não é lícito, pois este é o tempo da plenitude da Igreja. Todos os povos deverão entrar nela. Ela dará à luz um filho homem e (ele) entrará no templo do Senhor.”

E no seu *Liber (introductorius in) Apocalypsis* (f. 122a), explicando algumas passagens do Apocalipse de São João, capítulo 7 – *Et omnes Angeli stabant* (Ap 7, 11) e *Et clamabant voce magna dicentes* (Ap 7, 10) –, Joaquim diz: “Todos os anjos aclamarão o Senhor, pois na abertura do sexto sinal todo o mundo se converterá a Deus.”

Estas são as palavras de Joaquim e do frei Geraldo, pelas quais podemos notar como eles difundem novas e falsas opiniões por vaidade; e exaltam, de forma fora do comum, uma ordem sobre as outras ordens e sobre toda a Igreja. Portanto, é necessário atribuir-lhes a definição de herético expressa por Agostinho, no primeiro livro do *De utilitate credendi*, a propósito das vantagens materiais em acreditar, onde diz: “Herético é aquele que, por comodidade ou por qualquer vantagem temporal, e sobretudo por vaidade ou por ser considerado o primeiro, cria novas e falsas opiniões.” Também, nos *Decretos* de Jerônimo, capítulo 23, na última parte, letra “q”, e no Livro VIII das *Etimologias* de Isidoro, temos que: “Heresia, em língua grega, significa escolher um caminho diferente, considerado melhor. Portanto, quem interpreta a Escritura diversamente do modo que o Espírito Santo inspira e está escrito, ainda que não se afaste da Igreja, pode ser definido como herético.” Quanto a isto concordam Agostinho, Jerônimo e Isidoro.

Joaquim prefere esta doutrina a todas as outras, conforme se lê no capítulo 1, do Livro II, da *Concórdia*, no final do parágrafo – *Construendum* –, onde fala do sacrifício de Elias, no terceiro livro dos Reis, capítulo 18, em que afirma: “Por terra, compreendemos o Antigo Testamento; por água, o Novo; e por fogo, aquele que desceu do céu e devorou tudo” (3 Re 18), o Evangelho Eterno, de acordo com o que já foi dito.

Estas são as coisas anotadas até aqui.

O fim da Igreja

Depois de ter anotado tudo o que se refere à inacreditável exaltação da ordem monástica, agora precisamos nos deter um pouco mais no que determinará o desaparecimento da ordem clerical e da vida ativa da Igreja.

No livro II da *Concórdia* (f. 18a), capítulo 28, segundo tratado, ao final:

“Duas ordens perfeitas iluminaram a Igreja. É delas que fala o salmista (Sl 68,14): ‘Enquanto dormis entre clérigos’. A primeira é a ordem dos clérigos, a outra é a dos monges, mas as duas pertencem a uma única Igreja. Todavia, terão um destino diferente: a ordem dos clérigos cessará com a tribulação causada pelo Anticristo; a ordem dos monges durará até o final dos tempos. Pedro e João pertencem a uma mesma ordem; no entanto, o primeiro acabará e o segundo viverá para sempre”. (Note-se como Joaquim, nestas expressões, se refere ao primeiro Anticristo, que aparecerá e será derrotado ao final do segundo estado, não ao chamado Gog, que virá ao final do terceiro estado, como afirma depois).

Por Pedro, entende os espíritos ativos, por João os espíritos contemplativos. Isto não só se extrai dos comentários sobre o Evangelho de João (na *Concórdia*), mas também do *Introductorio super Apocalipsim*, capítulo 19, letra “a”, onde diz: “Pedro e João tiveram este privilégio sobre os outros Apóstolos: o primeiro significa a vida ativa, o segundo a vida contemplativa.”

E, no Livro II, capítulo 5, segundo tratado, da *Concórdia – Si praescripta...*, em que fala do número das gerações do terceiro estado, que excede o número correspondente às do primeiro e do segundo: “A terceira obra, que dizemos própria do mistério, pertence ao Espírito Santo. Esta é diferente das outras em número de gerações. O número perfeito das 42 se conserva nos dois estados precedentes. Mas isto será superado quando aparecer a terceira árvore. É necessário que aqui se mencione o fim de Pedro e de Paulo, e que permanece somente João: ‘Se eu quero que ele permaneça até que eu venha’ (Jo 21, 22).”

Na primeira parte do Livro III, capítulo 14 (da *Concórdia*) – *Joseph descendit in Aegyptum* – assim diz Joaquim: “No quadragésimo ano, Moisés parou de viver e foi substituído por Josué; (agora tocarei outro mistério) assim a geração na qual vivemos já está completa; portanto deve mudar o estado da Igreja de Lia para Raquel, da eloquência da palavra para a inteligência do espírito, da beleza das folhas verdes para a suavidade dos frutos. Este é o significado do versículo: ‘Se eu não for embora, o Paráclito não virá a vós, ao invés, partirei e o mandarei a vocês’ (Jo 16, 7). Consideremos, pois, o seguinte: “*verbum*” e “*signa mysterium*”; a eloquência pertence, pois, à palavra; e a compreensão espiritual, ao Espírito Santo. Aquela precede, esta segue.”

E, no segundo parágrafo, Livro IV, capítulo 33, letra “f” (da *Concórdia*): “No segundo estado frutificou a ordem dos clérigos, iniciada por Jesus Cristo e pelos santos Apóstolos, por meio da pregação. Neste meio tempo, o espírito contemplativo permaneceu inativo até agora. Mas, na sexta idade do mundo, e sobretudo na sétima, ele ganhará força.” Do mesmo modo, no capítulo seguinte (*Concórdia*, f. 57a) – *Sicut ordo* –, está dito: “A ordem dos clérigos, que iniciou em Osias e frutificou em Cristo, será consumada no final da quadragésima segunda geração da encarnação de Cristo. Será consumado tudo aquilo que pertence à palavra do Senhor, que disse a Pedro: ‘Segue-me’ (Jo 21, 19).” E, no Livro V, quinta parte do primeiro parágrafo do capítulo 8 – *Post obitum David*: “Acontecerá, naquele sábado, aquilo que eu já disse: ‘Nos seus dias florescerá a justiça e haverá paz em abundância, enquanto existir a lua’, isto é, até que passe a vida ativa e venha a justiça eterna (Sl 72,7).”

E, na segunda distinção do mesmo Livro V, capítulo 1 – *Quia de numero tricenario*: “É necessário que Pedro, já velho, seja crucificado para seguir o Senhor;

e que João, ao invés, permaneça até a vinda do Senhor, como ele mesmo predisse. Em suma, será crucificado o primeiro para completar o número dos santos mártires, o outro ficará para recolher os prófugos de Israel.”

No último capítulo do mesmo livro da *Concórdia*, antes do final, onde fala de Daniel (12, 31): “‘Aqueles que ensinam a justiça a muitos, brilharão no eterno como as estrelas do firmamento’. Por que isto? Porque, naquele tempo, todas as coisas estarão claras aos santos que virão. De fato, não será mais o tempo da laboriosa Lia dos olhos lacrimosos, mas o tempo da Raquel de rosto nobre e digno (Gn 29, 17). Os santos verão, face a face, as coisas que os nossos antepassados viram só em espelhos e enigmas, porque será derrotada toda a iniquidade no povo de Deus e será estabelecida a justiça eterna. Sobre a terra reinarão os santos de Deus e os iníquos serão definitivamente eliminados.”

No (*Líber*) *introductionis in Apocalypsis*, capítulo 14 – *Petrus et Johannes*: “Jacó teve duas esposas, Lia e Raquel. Quer isso dizer, segundo o significado espiritual, referente a João, as ordens são dúplices, pois duas são as vidas, a contemplativa e a ativa; duas são as compreensões, uma compete ao segundo estado, outra ao terceiro. É preciso interpretar o significado de Pedro como o segundo estado, pois Pedro jamais passará ao terceiro. De outro modo, o significado de João iniciará no segundo estado, mas, sendo ele mais digno, passará ao terceiro”. Pouco depois: “Naqueles dias, Raquel concebe (Gn 30); a irmã Lia, ao invés, começa a ter as dores do parto. Assim também, com o fim do segundo estado, isto é, da sexta idade do mundo, a Igreja passará da vida ativa à contemplativa, e começará a aumentar o fruto da vida contemplativa.”

E no capítulo 16 – que inicia *Petrum et Johannem* –, em que Joaquim recorda a ascensão de Pedro e a de João, na nona hora da oração, como se lê nos Atos dos Apóstolos, e em outros lugares do mesmo livro em que são narrados numerosos prodígios de Pedro, e nada de João, tem-se: “Lemos muitas coisas maravilhosas de Pedro e nada de João a não ser aquelas coisas comuns a todos os outros apóstolos: ‘Por mãos dos apóstolos’ (At. 5, 12). É como se João dissesse: ‘O meu tempo ainda não chegou’ (Jo 7, 6). Agora, é necessário que eu deixe o tempo a Pedro; virá, pois, o meu tempo, quando Pedro será chamado deste mundo a Deus; então começarei a exercitar o meu ministério.”

No segundo parágrafo do *Psalterium decem chordarum* (f. 265a), capítulo 23 – *In prima specie intelligentiae*: “Segundo a sexta compreensão, Abraão significa o tempo no qual os prelados têm o poder, isto é, o segundo estado e parte do terceiro; Agar, que é a Igreja dos espíritos ativos, vive no tempo presente; Sara, ao invés, é a Igreja dos contemplativos, própria do terceiro estado, isto é, do sábio do povo de Deus (Hb 4,9). É necessário que o significado de Pedro passe, e permaneça o de João”. E no capítulo 24 (f. 266a) – *Primo itaque assignandi sunt*: “Não devemos nos admirar se os sete cenóbios, semelhantes às sete tribos e às sete igrejas, não apareceram ainda no mundo, porque é ainda o tempo de Pedro, e enquanto ele permanecer, João não poderá atuar. Quando, então, passar o que significa Pedro, que segue o Senhor com a cruz, daí se manifestará abertamente aquilo que indica João.”

Por todas as expressões contidas nas obras examinadas até agora, podemos perceber a convicção do abade a respeito do enfraquecimento e do fim da ordem clerical.

No início do Livro I, capítulo I (da *Concórdia*) – *Non habentibus in hoc mundo* –, a propósito destas ideias, ele diz: “Considero que este livro possa ter múltiplos e úteis significados, como Deus nos indicou, pelos quais é possível compreender o fim do reino temporal, mais propriamente dito Babilônia, e explicar, com letras claras, que está próximo o fim da Igreja e quais serão os acontecimentos futuros.”

Não é difícil descobrir nestas palavras a ideia agostiniana da *Cidade de Deus*

(1, 16), que fala de uma Babilônia dos maus e de uma Jerusalém dos bons. A cidade da Babilônia, como diz Agostinho, corre incessantemente na direção do fim do mundo, com Jerusalém e todos os seus habitantes. O fim do mundo se aproxima com o término do segundo estado, na quadragésima segunda geração, como aparece depois. Com base nisto se pode saber o que Joaquim pensa a respeito do futuro término da Igreja, que não pode ser colocado no fim das duas cidades, das quais fala Santo Agostinho, e o que pensa a respeito do fruto que ele mesmo fala no segundo livro do *Saltério de dez cordas* (f. 270a), letra "c" – "Das 150 proposições da compreensão espiritual" -, no capítulo que inicia em *Non fuit propositi nostri*, onde diz: "Do mesmo modo que a Igreja concebeu, no advento do Senhor, a nova concepção ocorrerá no tempo ou próximo ao tempo do Anticristo." Aqui se fala do primeiro Anticristo, como sucessivamente esclarece: "Virá o sábado, depois da tribulação, que renderá muita gente infiel, e a cidade da Babilônia será destruída."

Muitas passagens falam da Nova Babilônia, e que Babilônia indica claramente o domínio da Igreja Romana. Vejamos o final do capítulo 34, do segundo livro da *Concórdia*, ou após as anotações sobre os gregos, onde diz: "Dos latinos, não faltarão os sinais deixados pela queda da Babilônia, a qual ainda vive, conforme será dito depois. Deste tempo em diante começará a operar o Espírito Santo, até a consumação dos séculos."

A primeira parte do quarto livro da *Concórdia*, capítulo 6, letra "f", fala do enfraquecimento da Igreja Romana, no tempo do Imperador Otaviano e do Papa Alexandre III: "Se a Igreja já perdeu algo de sua liberdade aos filhos da Nova Babilônia, mais ela ainda verá e conhecerá o que deve sofrer. Devemos ficar na espera a fim de conhecermos mais claramente se é melhor reagir ou padecer, quando então será separado o figo bom do ruim, de modo a não sermos punidos pelos nossos delitos. Depois do momento em que soubermos mais, não nos será, de fato, lícito agir impunemente."

No Livro V, ao final do primeiro capítulo, falando sobre Daniel e comentando as seguintes palavras de Isaías (13, 19): 'Babilônia, a pérola dos reinos, glória e orgulho dos caldeus, será transformada em ruína como a que Deus provocou em Sodoma e Gomorra, etc.', lemos: "Segundo as palavras de Isaías, os dias da Babilônia estarão completos quando ela for derrubada pelos medos; mas é preciso entender muitas outras coisas pela ruína que descreve João, no Apocalipse 17, e pelas palavras de Pedro que dizem: 'A Igreja que está na Babilônia vos saúda'." E, mais claramente, em seu livro *Apocalipsis Nova (Expositio in Apocalypsim)*, f. 198a), ao comentar a passagem do Apocalipse de João (17, 18) 'E a mulher que viste é a grande cidade, que reina sobre os reis da terra', afirma: "Não só pela autoridade deste livro foi-nos transmitido que Roma, em espírito, seja Babilônia, mas também pelo juízo de Pedro que, escrevendo de Roma, na sua primeira carta canônica, último capítulo, afirma: 'A Igreja que está na Babilônia vos saúda' (I Pe 5, 13)."

Se alguém entende que tudo o que foi dito de Roma pode ser dito igualmente do poder dos leigos, e não da Igreja, considere o que está escrito depois: "Ninguém espera em vão sua própria salvação, em virtude do que o Senhor prometeu, quando disse a Pedro: 'Tu és Pedro etc.' (Mt 16,18); ou, então, não creia em todos os males citados neste livro, que diz que só no corpo somos peregrinos da Babilônia, pois não são os filhos da Babilônia, mas os de Jerusalém, que saem de um só ventre, como Esaú e Jacó, porque Deus é poderoso. E Pedro diz: 'Deus livra os homens piedosos das tentações' (II Pe 2, 9). Nem é preciso considerar que a cidade seja apenas aquela cercada pelos muros, mas é aquela formada por todos os que pertencem ao reino de Deus. O seu reino, contudo, será dilacerado e dividido em partes para anunciar a vinda da desolação. Todo o povo cristão vive sob um único domínio, o latino; e está habituado a obedecer, em tudo e por tudo, ao Pontífice Romano."

Por tudo isso, podemos compreender que tal doutrina, em última análise, leva à subversão do clero, isto é, da Igreja Romana, e daqueles que lhe obedecem. É preciso acrescentar que Joaquim parece justificar, como obra do Espírito Santo, o cisma dos gregos e dos latinos e a apostasia dos primeiros em relação à Igreja Romana. Eis as palavras ofensivas do segundo livro da *Concórdia*, capítulo 8, que fala da separação das dez tribos da casa de Davi, sob Jeroboão: “Não pensemos que isto esteja longe do mistério. Como outrora as dez tribos se afastaram da casa de Davi, agora a Igreja dos gregos se separa da Igreja Romana, é o que indicam as palavras do Apóstolo: ‘Existe a diversidade dos dons, mas o Espírito é o mesmo’ (I Cor 12, 4).”

Os dois Anticristos

Para compreendermos melhor o que já foi dito e o que será dito a seguir, é necessário ter presente o que Joaquim falou a respeito dos dois Anticristos anunciados. O primeiro deles virá no final do segundo estado e corresponde à Besta do Apocalipse (Ap 17, 9-10). Ele acrescenta a propósito das sete cabeças que prendem uma mulher: “São sete cabeças e sete montanhas, sobre as quais está uma mulher; são também sete reis, dos quais cinco já caíram, um vive e o outro ainda não chegou; mas quando ele chegar será necessariamente por um breve tempo.” O outro Anticristo, denominado Gog no Apocalipse (Ap 20, 7; e Ez 38, 2), deverá chegar, segundo Joaquim, no final do terceiro estado.

Além disso, Joaquim considera que são dois os juízos universais, em dois tempos diferentes, e tenta explicá-los recorrendo às palavras do Apóstolo que fala duas vezes sobre isto, uma na primeira e outra na segunda Carta aos Tessalonicenses. Embora nossos comentadores entendam as palavras de ambas as cartas como referidas a um só juízo final, Joaquim as atribui a dois momentos distintos, conforme demonstra o quinto livro da *Concórdia*, que trata de Noé, no capítulo I, parte V, da distinção 1 – *Noe cum quingentorum esset annorum* – onde diz no final: “A próxima tribulação, que o filho da perdição provocará na Igreja de Deus, durará três anos e meio; tal juízo também é confirmado oficialmente pelos sábios. Esta tribulação precederá o tempo da desolação que se abaterá sobre o império romano, ainda que não se saiba nem a hora, nem a duração. De tal tribulação também fala o Apóstolo aos Tessalonicenses (I Ts 5, 1-3): ‘Quanto aos tempos e momentos, irmãos, não precisais que vos escrevamos. Vós mesmos sabeis perfeitamente que o dia do Senhor virá como um ladrão na noite. Quando todo mundo gritar: paz e segurança, então, de repente cairá sobre eles a ruína, como as dores a uma parturiente’. Muitos pensaram que seria preciso esperar o dia do Senhor para que Cristo viesse julgar o mundo; no mesmo erro caem aqueles que foram tomados pelo vão temor.

Na outra Carta aos Tessalonicenses (II Ts 2,1- 4), ao invés, o Apóstolo corrigiu: ‘Vos pedimos, irmãos, que, quanto à vinda de nosso Senhor Jesus Cristo, não vos deixeis perturbar no espírito, nem vos alarmar por revelações proféticas ou boatos, ou por falsa carta feita circular sob o meu nome, a qual dá a entender que o dia do Senhor se aproxima. Que ninguém vos engane de nenhum modo. É preciso que, primeiro, venha a apostasia e se revele o Iníquo, destinado à perdição, o Adversário, aquele que se levanta contra tudo o que se chama deus ou que se venera, a ponto de se assentar no Templo do Onipotente, como se ele mesmo fosse deus’. Mas que se ouça depois o outro modo que fala o Apóstolo: se a primeira carta negou que possa haver algum sinal, pelo qual o dia do Senhor será manifesto, a segunda, ao invés, indica o sinal da descida e da revelação do Anticristo, para que, de algum modo, se acolha o dia do Senhor do qual falou a primeira carta; e de outro, que esperemos o último dia do qual falou o Apóstolo na segunda carta.”

Joaquim procura explicar no mesmo Livro (V, cap. 11) da *Concórdia*, lançando mão do texto evangélico que retoma a história de Abraão e Lot – *Ostenso quam breviter etc.* –, em que, depois da metade do capítulo, afirma: “Quando estiver completo o número dos eleitos, o Senhor, que para a graça de muitos assume o pecado do mundo, jogará sua ira sobre os ímpios e dispersará aqueles que se afastaram dele, como Ele diz em Lucas (17,27-30): ‘Aconteceu assim nos dias de Lot: muitos comiam e bebiam, compravam e vendiam, plantavam e edificavam. Mas quando Lot saiu de Sodoma, choveu fogo e enxofre do céu e todos morreram’. Segundo tais palavras, aquele seria o dia da revelação do Senhor. Disse, de fato: não no dia em que o Filho do homem descer do céu, mas no dia em que ele se revelar. A revelação do Filho do homem ocorrerá de improviso, mas de modo diverso da descida (como penso), e será preciso esperá-la até quando se puder ver o Senhor no céu em sua plena majestade. Ainda que os dois momentos estejam próximos, não se sabe o dia do Senhor, mas neste dia será revelada a verdade na qual os homens não acreditarão. Sinais claros preceder-lhe-ão. E quais são os sinais? Lucas (Lc 21, 25) diz: ‘Haverá sinais no sol, na lua e nas estrelas e coisas semelhantes’. Quando, pois, acontecerá, Lucas, tal como Mateus e Marcos, não diz, mas este dia será precedido por numerosos sinais de palavras e obras do Senhor. Os dois momentos se distinguem, como narram as expressões evangélicas, no momento em que Cristo foi interrogado pelos fariseus que lhe perguntavam (Lc 17, 20): ‘Quando virá o reino de Deus?’. E ao responder em segredo, longe dos outros, aos discípulos que perguntavam ‘Qual será o sinal da tua chegada e do fim do mundo?’ (Mt 24), Ele não quis nem ao menos instruí-los sobre estas coisas, como se eles fossem estranhos. Apenas disse: ‘O reino de Deus não vem quando alguém disser: eis aqui, eis ali’ (Lc 17, 20-21). Mas quando os discípulos perguntaram com mais humildade, então revelou em segredo muitas coisas a respeito dos sinais do seu advento e do fim do mundo. Não deu, todavia, nenhuma informação sobre o dia ou sobre a hora da sua chegada, para que nenhum deles pudesse se vangloriar. Portanto, o que foi dito sobre a saída de Lot não se aplica ao advento do Senhor, mas a um juízo oculto que precederá o advento do qual se diz: ‘Naqueles dias, quem tem pertences no campo ou em casa não volte atrás para apanhá-los e quem se encontra acampado não retorne a casa’.”

A respeito dos dois Anticristos, está escrito no *Enchiridion* ou no *Introductorius in Apocalypsim*, capítulo – *De VII tempore et de VII signaculo* –, logo após o início: “É necessário pensar em uma verdadeira concórdia dos três estados. Tudo é semelhante, como foi dito, exceto no que diz respeito ao final do segundo estado. Procuraremos em vão a semelhança do rei da Antioquia, pois não será Gog o último dos tiranos, mas será o outro do qual fala João no Apocalipse (Ap 17, 10): ‘O outro ainda não chegou’. Somente ao final do terceiro estado virá Gog e cumprirá tudo que escreveu o profeta Ezequiel difusamente nos capítulos 38 e 39, dos quais fala brevemente João.”

O mesmo se confirma pelas observações contidas nas árvores e nas figuras,⁸ reunidas pelo próprio Joaquim, e no fim do *Livro da Concórdia*, antes da recapitulação, onde ele explica as palavras de Daniel (Dn 12, 6), no capítulo sobre o Anticristo, que virá ao final do segundo estado como aquele tirano. Ele prova isto com as palavras de Daniel, capítulo 12, em que o profeta pergunta: “Quando se completarão todas estas coisas surpreendentes?”. Ao que responde o anjo na margem do rio: “isso acontecerá por um tempo, dois tempos e a metade de um tempo”, isto é, todo o tempo do segundo estado com o seu mistério, como Joaquim diz claramente ao

⁸ Certamente a Comissão de Anagni está se referindo aqui ao *Liber Figurarum*, que contém muitas figuras de árvores (árvores indicando genealogias) e outras figuras geométricas compostas por círculos (a dos três Círculos trinitários e a da *Rota in rotas*) e por triângulos (a do Saltério de dez cordas). (N.T.).

final deste ponto. Também Geraldo explica isso com uma pequena nota ao capítulo sobre Daniel: “Esta tribulação, jamais vista antes, deve acontecer, como aparece em muitos pontos do livro, aproximadamente no ano 1260 da encarnação do nosso Senhor, após a revelação do Anticristo. A tribulação será no corpo e, sobretudo, na alma. Mas a maior tribulação que sucederá terá um espaço de tempo mais longo do que qualquer paz. E será no espírito. Portanto, será mais perigosa do que a primeira.” Compreende-se isso pelo *Introductorio super Apocalypsim*, capítulo 5: “Como no final do primeiro estado, o último rei, Antíoco, foi mais terrível que os outros, assim, ao final do segundo estado, que está próximo, virá o sétimo rei, do qual fala João no capítulo 22 do Apocalipse: ‘O outro ainda não chegou’, será mais terrível que os precedentes, e ‘devastará todo o mundo’ (Dn 8, 24).

No final do terceiro estado virá ainda outro, denominado Gog, que será o último dos tiranos e dos Anticristos. Muitos são os Anticristos, diz João (Jo 2, 18): ‘Primeiro ouviste que virá um só Anticristo, agora ouvirás que são muitos os Anticristos’. O senhor, no Evangelho disse: ‘Muitos virão em meu nome’ (Mt 24, 5).”

E no capítulo 6 – intitulado *De Dracone Ruffo* –, letra “d”, falando da sétima e décima primeira visão de Daniel, sobre os dois reis malignos: “Observe que um virá no espírito do outro, como João virá no espírito de Elias. Ainda que um só Elias tenha sido prometido ao povo, por meio do que diz o profeta ‘Eis que vos mandarei o profeta Elias’ (Mal 4, 5), conheceremos dois Elias, um que já veio, o outro que virá. Os santos Padres já falaram de um grande tirano e, no entanto, virão dois no final, o primeiro deles será um homem iníquo e irredutível, adversário da fé cristã; ele é aquele do qual fala João (Ap. 17): ‘O primeiro ainda não veio, mas quando vier será necessário que o tempo seja breve’.” O outro, denominado Gog (Ap 20, 7), é aquele do qual fala Joaquim por todo o capítulo.

Joaquim considera que Cristo virá julgar os homens duas vezes: uma segundo a fé, no fim do mundo, pelo juízo universal, no qual acreditamos. Mas Cristo virá também no fim do segundo estado, conforme a opinião de Joaquim, como ele mesmo diz referindo-se ao Apocalipse (Ap 19, 11): “Eu vi o céu se abrir e eis um cavalo branco.” E ainda: “Exércitos celestes, vestidos de puro linho, seguiam-no sob cavalos brancos”. O próprio Joaquim comenta: “estas coisas foram anunciadas e ainda não reveladas claramente. Anunciamos todas estas coisas para que vós possais saber como nesta parte se demonstra que nenhum outro guia haverá a não ser aquele que ofereceu o sangue por nós e nos redimiu, a fim de que se cumprisse o que foi escrito por Zacarias (14, 1-3): ‘Eis que é chegado o dia do Senhor; reunirei todos os povos em batalha sob Jerusalém, para libertar a cidade santa. As casas serão destruídas e as mulheres serão violentadas; metade do povo será aprisionado e o resto não poderá sair da cidade: virá o senhor e combaterá contra aquela gente, como no dia da batalha’. São João diz, alguns passos mais adiante, que a besta surgirá, mas sumira, porque morrera no momento em que estava subindo do abismo ao céu; e que o sétimo rei ainda não chegou, mas quando vier será necessário que permaneça por um ‘breve tempo’ (Ap 17, 8-10). O futuro predito nesta parte do livro se torna presente: sobre o rei, o Apóstolo não faz menção, para que ele próprio se mostre como iníquo. Fala do Anticristo, em cujo nefando corpo habita a índole do Dragão Vermelho, que depois de ter dado batalha à Besta, será encarcerado no abismo, para que ‘não seduza outras pessoas’ (Ap 20, 2-3), até que se cumpra o tempo de sua prisão, sobre o qual podemos só opinar, não afirmar, seja aqui ou em outros lugares. Qualquer que seja ele, o sétimo rei ou o sexto (Ap 17, 10), do qual se diz: ‘É ele o primeiro’, ou aquele que se chama Gog (Ap 20, 7), ou então qualquer outro Anticristo, podemos apenas dizer isto: o sexto será mais perigoso que o quinto e o sétimo será mais perigoso que o sexto e estará cheio do veneno do dragão, contra o qual se combaterá em todo o sexto tempo. Estas serão as duas últimas cabeças

do Dragão Vermelho. Penso que o primeiro deles dominará a Besta que sai do mar e o segundo a Besta que sai da terra. Este último será chamado falso profeta (Ap 16, 13, 19 e 20), pois, quando soubermos claramente que Aquele que monta o cavalo branco é Jesus Cristo, ficaremos desconcertados, não sabendo o que pensar Dele. Talvez seja digno de aparecer de modo visível no tempo da necessidade, e lutará contra os maus com a espada das palavras, como no tempo em que veio ao mundo; ou então não aparecerá em modo visível, mas através dos seus santos, para combater e resistir, como no tempo em que subiu ao céu?”

Pouco depois: “Penso que ele mesmo virá combater com o seu exército contra o Anticristo. Mas se ele mesmo virá com seu exército contra o Anticristo, montado no cavalo branco (Ap 19, 11), para demonstrar a sua vitória sobre o pecado, o que devemos pensar? Que aparecerá sobre o cavalo branco, com o corpo imundo pelo pecado, visivelmente ante os bons e os maus, a fim de que faça a vingança contra as nações e se encolerize contra os povos? As coisas ditas nos permitem compreender os aspectos enumerados a seguir, e sobretudo, o quanto se afirma depois: ‘os exércitos do céu o acompanham montados em cavalos brancos’ (Ap 19, 14). Devemos considerar se os santos que virão com Cristo aparecem com o próprio corpo, mas entendendo de modo parcial e não total. Se estes aparecerão com o próprio corpo, será testemunhado que, após a ressurreição do Senhor, eles vieram à cidade santa” (Mt 27, 53). Pouco depois: “mesmo que eu pense que não seja inconveniente que os corpos mortais dos santos possam aparecer sobre cavalos brancos, penso também que, no sexto tempo, seguindo a paixão do Senhor dos Santos, eles combaterão com os seus corpos em nome de Jesus Crucificado, como Ele, no sexto dia, sobre um alvo cavalo, combateu e venceu o pecado.”

Neste lugar, parece que Joaquim não fala do último juízo que se dará ao final do mundo, com a ressurreição geral, pois ele diz que estas coisas acontecerão no sexto tempo, isto é, ao final do segundo estado, o qual dará seguimento ao terceiro. Podemos compreender isto através do *Introductorius in Apocalypsim*, capítulo 7, intitulado *De generalibus partibus Apocalypsis*, que começa em *Generales libri partes*.

Na ocasião do advento do Senhor, Joaquim não entende que haverá a ressurreição de todos, mas só daqueles que virão com Cristo sobre cavalos brancos. E, sobretudo, quando, na segunda solução da questão considera que os santos terão corpos mortais, como nas afirmações precedentes. Retoma a mesma ideia nos pontos sucessivos: “Tudo isto pertence ao dia do grande juízo”, como está demonstrado no capítulo 6, parte V – *Vidi de ore Draconis* (Ap 16, 13) –, em que, ao falar do encontro dos reis, faz menção à Besta: “Aqui se fala do juízo que virá ao final do sexto tempo do segundo estado.” O mesmo consta no início do trecho – *Peractis sex partibus libri* –, em que Joaquim começa a expor a sétima parte do livro, a respeito do terceiro estado do mundo, e se refere ao capítulo 20 do Apocalipse.

A compreensão espiritual e a vinda de Elias

O significado literal e o espiritual

É preciso agora destacar o que Joaquim escreveu a respeito do significado literal do Evangelho e do seu autor, nosso Senhor Jesus, e dos Apóstolos; como também dos sacramentos.

A respeito do Evangelho, deve-se observar aquilo que Joaquim afirma ao final do primeiro capítulo do segundo livro da *Concórdia*: “Devemos construir um altar com Elias, bem elevado da terra (I Rs 18, 30), de modo que a água, escorrendo do

alto, possa ser recolhida num lugar, enquanto nós esperamos o fogo do céu, para que ele consuma a água e a terra. É deste modo que esperamos a compreensão espiritual, que suprimirá a superfície da letra, que fala da terra e é própria da terra, e mudará a doutrina evangélica aqui indicada como a água no fogo, assim como quando o sacerdote Neemias (II Mc 1, 20) colocou sobre o altar uma água espessa que se transmutou em fogo; ou como a água dos barris transmutada em vinho nas bodas de Caná da Galileia (Jo 2, 1). De igual modo, devemos erguer o altar do Antigo Testamento para pôr a oferta ao Deus Onipotente, derramando sobre ele a água do Novo Testamento, e assim entrelaçamos o Antigo e o Novo, um dentro do outro, como duas rodas concêntricas em perfeita concórdia. É, pois, necessário esperar o espírito invisível do alto, para que, do terceiro céu, venha o fogo espiritual. Vindo o que é perfeito, desaparecerá o que é parcial (I Cor 13, 10)."

Geraldo, a propósito, anota: "Neste ponto, Joaquim chama 'terra' o Antigo Testamento, 'água' o Novo Testamento, e 'fogo' o Evangelho Eterno."

E, no mesmo capítulo, a respeito deste assunto, Joaquim continua: "Havia um lugar tenebroso, um céu escuro, isto é, o Antigo Testamento, próprio do sentido literal, não tendo em si nem calor nem luz, mas lhe foram dados, de diversos modos, homens justíssimos, profetas, que, tendo o espírito de Deus, se tornaram luminares em um lugar trevososo e escuro, como as estrelas do céu na escuridão da noite. Seguiu-se depois o tempo da graça, para que se expandisse a claridade da lua, e se difundisse o Novo Testamento." Aqui Joaquim sublinha a importância do Novo Testamento em relação ao Antigo e acrescenta: "vemos, em parte, a diferença entre os dois céus. Mas talvez, vendo o segundo céu com tamanha claridade, não dizemos que nele está posta toda a nossa perfeição? Não lembramos o ensinamento de Paulo aos renascidos em Cristo (I Cor 3, 1), quando, depois de distinguir homens e animais, disse que não lhes era necessário um alimento sólido, mas leite, pois o homem de carne ainda não poderia compreender o Espírito de Deus? (I Cor 2, 14). É necessário, portanto, que o fim de nossa perfeição esteja posto no terceiro céu; o céu que, como nos ensina a compreensão espiritual, procede de ambos os testamentos."

Geraldo comenta este ponto: "É claro que aqui Joaquim fala do Evangelho Eterno, como diz o segundo livro do *Saltério*, capítulo 19 – *In primo sane tempore* –, ao afirmar que agora estamos no início do quinto tempo, no qual estamos vivendo e devemos esperar a vinda do Espírito, enviado pelo Filho, para completar sua obra e operar de modo mais perfeito, para que todos aprendam a honrar o Espírito Santo, tal como (honraram) o Pai e o Filho. Mas como? Não deve restar dúvida a respeito. Honrar com o seu Evangelho, porque não é possível honrar o Espírito de Deus a não ser com o seu Evangelho. E qual é o seu Evangelho? Aquele do qual fala João, no Apocalipse: 'eu vi um anjo de Deus que voava no meio do céu e a ele foi dado o Evangelho Eterno' (Ap 14, 6). Qual é o seu Evangelho? Aquele que procede de Cristo: 'A letra mata, o espírito vivifica' (II Cor 3, 6). A mesma Verdade diz: 'Quando vier o Espírito da verdade, vos ensinará toda a verdade' (Jo 16, 13). E para mostrar aquilo que poderia ser colhido do Evangelho de Cristo e de sua escritura, ao transformar água em vinho, quase inebriando os eleitos, o mesmo Cristo acrescentou: 'Quando vier o Espírito Santo, ele não falará por si mesmo, mas vos dirá tudo quanto estiver ouvido e vos anunciará o que há de vir. Ele me glorificará, porque receberá de mim e o fará conhecer' (Jo 16, 13)."

No segundo livro da *Concórdia*, capítulo 8, Joaquim diz: "É preciso saber que o significado literal do Antigo Testamento foi confiado ao povo judeu, o do Novo aos romanos e a compreensão espiritual, aos homens espirituais. Portanto, a compreensão espiritual decorre dos dois primeiros."

No terceiro livro, capítulo 2: "Na quinta abertura (do selo), nos foi dada a graça própria ao Espírito Santo; os mesmos quinze anos de graça que haviam sido

dados a Ezequias (II Rs 20, 6), quando a graça que estava sob a lei se manifestou aos homens; e ela ainda teve precedência em Cristo, nos quatro momentos de sua obra, a saber, o Nascimento, a Paixão, a Ressurreição e a Ascensão, correspondentes aos quatro animais. Prosseguiu depois, no quinto grau, com o dom do Espírito Santo que é o dom da sede de Deus prometido a nós.”

E tudo isto está reiterado no início do quinto livro da *Concórdia*, que diz: “Quatro são os livros da *Concórdia* examinados separadamente e correspondem ao número dos quatro animais. Eles devem ser entendidos como figurações: no primeiro, referente ao Homem, temos a simples descrição histórica; no segundo, referente ao Touro, trazemos sinais precisos e evidentes da concórdia; no terceiro, referente ao Leão, falamos da concórdia dos sete sinais; no quarto, referente à Águia, falamos da plenitude da concórdia. Portanto, nos quatro livros, pouco se fala segundo o Espírito, e mais segundo a letra, isto é, segundo a concórdia literal, isto é, o significado literal dos dois testamentos. Após as quatro grandes obras de Cristo – Nascimento, Paixão, Ressurreição e Ascensão –, que correspondem aos quatro animais, o quinto grau revela o fogo divino, segundo o qual, pelas palavras históricas, chegamos à compreensão espiritual. É necessário, então, que no quinto livro falemos dos eventos mais grandiosos que aconteceram pela ação do espírito, a fim de que com muitos testemunhos possamos mostrar a realização das coisas, o que não exigirá menos esforço; porém, é só depois de grandes lutas e batalhas que teremos a paz dos vencedores.”

Na primeira parte do (*Introductorius in*) *Apocalypsis* (f. 95b) – capítulo *De angelo Laodicie* –, Joaquim diz: “Segundo julgo, pouquíssimos são aqueles que permanecerão deste povo que saiu do Egito, pois é a junção daqueles que vivem segundo a carne; por isso, não caminharão diante de Sua face, mas retornarão ao Egito. Seus filhos renascerão em Cristo por meio do Evangelho Eterno, que é espiritual, pois tudo aquilo que está na letra é temporal, não é eterno. Estes entrarão realmente na terra boa, a terra onde corre leite e mel.”

No segundo livro do *Saltério* (f. 265a), capítulo 23, (Joaquim) usa uma metáfora mediante a qual reprova aqueles que viveram no primeiro estado, através dos que viveram no segundo; e, igualmente, aqueles que viveram no segundo estado, através dos do terceiro estado. Isto está expresso nas seguintes palavras: “De fato, nem tudo aquilo que está reprovado pode ser tomado em sua totalidade, mas apenas em parte. Portanto, se da sinagoga dos judeus dizemos que é reprovada em parte ou aceita na totalidade, como escreve o Apóstolo, o que diremos dos patriarcas e dos profetas que, de acordo com seu tempo, geraram na escravidão? Que seja reprovado o precedente, que é bom, em comparação com o melhor que virá depois. Não devemos pensar que aqueles que operaram bem no seu tempo não receberam no reino a sua justa recompensa, mas para que cesse a imitação daqueles que viveram bem em seu próprio tempo, e que o bem menor seja substituído por um bem maior.

Tomemos um exemplo: era preciso edificar a casa de Deus, decorá-la com bronze, depois com prata, e finalmente com ouro (Ex 25, 3-7; I Par 22, 16); assim é preciso que ela receba primeiro bronze, depois a prata e por fim o ouro. Estes três elementos são igualmente necessários. Mas porque há um limite nas coisas, aqueles que trouxeram bronze suficiente tiveram a justa recompensa e felizes retornaram para casa. O que, porém, dizer daqueles que vieram depois e, ao invés de trazer prata, oferecem ainda bronze, do qual não há mais nenhuma necessidade e pelo qual foi celebrado o sábado? Ou daqueles que, vindos como terceiros, trarão prata ao invés do ouro e das pedras preciosas que são necessários? Não se reprova o bronze, nem a prata, nem o ouro, que serviram para a construção, mas aqueles que não trouxeram a coisa devida no momento certo. Não se reprova a prata colocada

no templo, mas a sua oferta que deveria ter cessado a fim de que não esqueçamos que é tempo de ofertar ouro.

É preciso considerar a escravidão e a liberdade segundo os tempos. A escravidão está referida como o ferro a respeito do bronze; e o bronze a respeito da prata; e a prata, ao ouro. De igual modo, se usa em abundância o metal barato, enquanto o precioso é vigiado em lugar protegido. Os três metais são referidos segundo a ordem das sete variantes da compreensão tipológica, conforme já foi anotado.

As primeiras três compreensões da inteligência típica, antes apontadas, são também interpretadas deste modo: cada compreensão guarda relação com o próprio estado ou com a necessidade da oferta de cada estado em particular. Assim, o bronze do segundo estado deverá ser mais luminoso que o bronze do primeiro estado; o bronze do terceiro estado deverá ser mais luminoso que o do segundo estado; e o mesmo vale para a prata e o ouro. Assim, pois, não se reprovava o bronze do segundo ou terceiro estado, mas o bronze do primeiro estado, e também não a totalidade da prata do terceiro estado, mas apenas aquela que é do segundo.

Dizendo de outro modo: no segundo estado, por exemplo, não reprovamos a vida conjugal em que viveram nossos progenitores, mas a imitação de Abraão, que teve duas esposas ao mesmo tempo (Gn 16, 6), e a de Jacó, que teve duas primas como esposas e também duas concubinas (Gn 29); e Davi, que teve, ao mesmo tempo, diversas mulheres e concubinas e estabeleceu a lei do repúdio ou algo similar (1 Sam 5, 3). Na Igreja acontece aquilo que disse o Apóstolo: se Deus não tivesse difundido a graça, como a difunde e a difundirá, o povo cristão não preferiria tomar esposas para ter filhos, mas por prazer. Por isso, aqueles que quiserem poderão viver como se não as tivessem (Lc 18, 27). Não é pelo prazer carnal, mas pelo prazer espiritual, que os homens se reconfortam e servem ao Senhor. O que parece impossível aos homens, não é a Deus (1 Cor 7, 9). O povo cristão sofrerá ainda um pouco antes que Babilônia seja destruída, e que 'o homem não se torne mais precioso que o ouro e as coisas mais valiosas do mundo' (Is 13, 12)."

O novo Elias e a teoria dos três estados

Na segunda parte do quinto ponto, encontramos a profecia de uma nova figura semelhante a Cristo. Tal como Cristo apareceu no início do segundo estado com os seus Apóstolos, esta nova figura surgirá no início do terceiro. Tais afirmações se encontram ao final da *Concórdia* (livro IV, cap. 40): "Considero que é preciso juntar outro homem aos que esperamos, do qual nada foi dito, semelhante a Zacarias, a João Batista e ao homem Jesus, na vinda dos quais nós acreditamos. A sua aparição será como aquela dos doze apóstolos, mais precisamente a João Evangelista ou às sete igrejas, que existiram na Ásia, ou também às sete tribos, que receberam a herança no final. E o Evangelho do Reino será pregado em todo o mundo, e sobrevirá a compreensão espiritual até mesmo para os judeus. Ele despedaçará como um trovão a dureza dos seus corações, para que se cumpra o que disse o profeta Malaquias: 'Eis que vos envio o profeta Elias, antes que chegue o grandioso e terrível Dia do Senhor. Ele converterá o coração dos pais através dos filhos e o coração dos filhos através dos pais, para que eu não mais condene a terra e maldiga-a' (Mal 3, 23-24). Tudo isso acontecerá entre o final do segundo estado e o início do terceiro, no tempo em que os infiéis entrarão na Cidade Santa, isto é, na Igreja Latina, nos 42 meses (Ap 11, 2), sob o domínio de um rei iníquo que, como está escrito no livro do profeta Daniel (8, 24), devastará o mundo mais do que se possa acreditar." Até aqui vão as palavras de Joaquim ao final do quarto livro.

E frei Geraldo (de Borgo), a respeito destas palavras, acrescenta numa breve nota: "Neste lugar, Joaquim fala de um homem vestido de linho que executou esta

obra, fala de si próprio e dos dois discípulos que o seguiam logo após o ano 1200 da encarnação do Senhor. Daniel diz ter tido uma visão deles à margem de um rio; e de um deles também fala o Apocalipse (Ap 14, 17 e 7, 2), como sendo o anjo da foice afiada; e do outro, que ele tem o selo do Deus vivo, por meio do qual Deus renovou a vida dos Apóstolos.”

E a propósito do Evangelho Eterno, diz ainda Geraldo, em uma pequena nota: “O Evangelho do Reino é o mesmo evangelho espiritual que, por sua vez, são João chama de Evangelho Eterno, o qual, com o advento de Elias, será pregado a todos os povos; só então virá a consumação.”

Argumentando por semelhança, conforme a relação entre a figura e o figurado, parece que Joaquim prefere os doze que virão no terceiro estado aos doze apóstolos. Está claro na segunda parte do *Livro da Concórdia*, capítulo 6, que é o quadragésimo segundo de todo o livro – *Ex hiis quae notata sunt in hic figura* –, em que ele, pouco depois do início, afirma: “Dissemos que doze foram os patriarcas filhos de Jacó, que entraram com ele no Egito, doze os chefes que morreram no deserto, doze os que entraram na Terra Prometida. Dissemos, pois, que os doze patriarcas designam todos os pais das doze tribos, das quais eles foram os guias até o fim do primeiro estado, isto é, até Cristo. Doze foram os chefes que caíram no deserto com aqueles que saíram do Egito; doze foram os apóstolos com os seus sucessores, dos quais permanece a prova e a ruína de seus corpos até o final do segundo estado; doze os príncipes que entraram na terra prometida. No terceiro estado, teremos ainda os pais, que serão os primeiros doze que verão a paz que Deus concede aos que o amam. Portanto, segundo este significado, os doze chefes que caíram no deserto dizem respeito aos apóstolos e os seus sucessores; os doze homens que entraram na terra prometida dizem respeito aos doze homens que virão em um tempo não muito distante.”

Agora precisamos examinar o motivo pelo qual Joaquim prefere o terceiro estado ao segundo. Vemos isto em diversos lugares, mas é suficiente a breve recapitulação feita no quinto livro da *Concórdia*, ao final da segunda distinção, que inicia em *Ad explanationem misterii supra scripti*:

“São, pois, três os estados do mundo, como já descrevemos nesta obra, de acordo com o que sugerem os mistérios das divinas páginas. O primeiro é aquele que vivemos sob a lei; o segundo é aquele no qual vivemos sob a graça; e no terceiro, que esperamos entrar em breve, será de uma graça mais perfeita, pois, como diz João (Jo 1, 16), pela graça nos foi dada a fé em troca da caridade, e vice-versa. O primeiro estado foi, pois, no conhecimento; o segundo, em parte na sabedoria; e o terceiro na plenitude da compreensão. O primeiro na servidão de escravos, o segundo na servidão filial, e o terceiro na liberdade. O primeiro na flagelação, o segundo na ação, e o terceiro na contemplação. O primeiro no temor, o segundo na fé, e o terceiro na caridade. O primeiro estado é de escravos, o segundo é de livres, e o terceiro dos amigos. O primeiro é dos velhos, o segundo dos jovens, e o terceiro das crianças.⁹ O primeiro estado é na luz das estrelas, o segundo na luz da aurora, e o terceiro na luz do dia; o primeiro no inverno, o segundo na primavera, e o terceiro no verão. O primeiro estado produziu urtigas, o segundo rosas, e o terceiro lírios. O primeiro ervas, o segundo espigas, e o terceiro trigo. O primeiro água, o segundo vinho, e o terceiro óleo. O primeiro estado pertence à septuagési-

⁹ No texto latino do *Protocolo de 1215* (Verardi, 1992, p. 95), consta: “*Primus puerorum, secundus juvenum, tertius senum*” (1992, p. 95). A tradução italiana de Verardi (1992, p. 47) segue esse texto latino: “*Il primo è dei fanciulli, il secondo dei giovani, il terzo dei vecchi.*” Nós, porém, consideramos correto o texto latino da edição veneziana da *Concórdia* (f. 112a): “*Primus senum, secundus juvenum, tertius puerorum.*” Além disso, é sabido que Joaquim de Fiore atribui o primeiro estado aos velhos, o segundo aos jovens e o terceiro às crianças, e não o contrário. (N.T.).

ma, o segundo à quaresma, e o terceiro à Páscoa. O primeiro pertence ao Pai, que foi o criador de todas as coisas. Portanto, inicia com nosso primeiro progenitor e se refere ao mistério da septuagésima. Teve início com o primeiro homem, como diz o Apóstolo (I Cor 15, 47): o primeiro homem, formado do barro, era terrestre; o segundo, o homem celeste, virá do céu. O segundo estado pertence ao Filho, que se dignou assumir o nosso barro, a fim de que fosse possível jejuar e sofrer para reordenar o estado do primeiro homem, que havia caído, ao comer o fruto proibido. O terceiro estado pertence ao Espírito Santo, do qual diz o Apóstolo: 'Onde está o Espírito de Deus, aí está a Liberdade' (I Cor 3, 17).

O significado do primeiro estado está dado por aquelas três semanas que precedem o jejum da quaresma; o significado do segundo, pela própria quaresma, e o do terceiro pela solenidade da Páscoa. Por isso, será revelado o mistério do véu colocado entre o altar e o povo, como acontece no quadragésimo dia, em que se ministra o sagrado crisma, e não veremos mais através de sinais, senão diretamente. Os fiéis não verão mais o altar mediante espelhos e enigmas, mas face a face. Sem dúvida, é chegado o tempo da quadragésima geração. É necessário, portanto, que seja rasgado o véu da letra do coração dos homens, e que seja também retirado o véu dos judeus rebeldes. Só, então, todo o povo será convertido ao Senhor. É o momento da abertura do sexto selo, como no dia da preparação, que é o sexto dia da sexta semana depois do domingo da quaresma, isto é, o quadragésimo primeiro dia. No sexto dia, enquanto um anjo toca a trombeta e outro desce do céu trazendo um livro aberto nas mãos, serão ouvidas as sete vozes como o ruído de sete trovões (Ap 10, 2-3). Nos dias em que será ouvida a voz do sétimo anjo, que é o tempo do sétimo selo, e quase o sábado da vigília pascal, será conhecido, como diz João (Ap 10, 7), o mistério de Deus, o qual será chamado o tempo da quaresma, correspondente ao tempo do terceiro estado. Virá, então, o dia estabelecido pelo Senhor para a exultação, a alegria e a festa daqueles que o amam (SI 117, 24 e SI 83, 11). Será o dia do qual fala o salmista: 'é preferível viver um só dia na Tua casa, que mil longe dela' (SI 83, 11)." Até aqui vão palavras de Joaquim.

E frei Geraldo, a propósito destas palavras – *In VI denique angelo tuba canente* –, comenta em outra pequena nota: "Este sábio ou anjo aparece no ano 1200 da encarnação do Senhor. O livro, do qual se fala, diz que serão ouvidas sete vozes como sete trovões; são os mistérios dos sete sinais."

Sobre os sacramentos

O batismo

Na terceira parte, quinto ponto, do segundo livro da *Concórdia*, capítulo 1, encontramos a dúbia doutrina a respeito dos sacramentos: "Não cessou o desejo de escrever, mas terá continuidade até que não for infundida no espírito a figura daquele que virá e revelará o que está oculto nas trevas, manifestando os segredos do coração. Nós que somos indignos, no entanto, devemos imitar João Batista, que batizava com água, antes que chegasse aquele que iria batizar com o fogo do espírito."

De igual modo, (diz Joaquim) no *Enchiridion* ou *Introductorio super Apocalypsis* – no capítulo que inicia em *De VII tempore et de VII signaculo* –, ao falar da visão de Daniel (Dn 9, 22-24): "Esta visão, que segue em oitavo lugar, é a que promete a justiça eterna e a abolição da culpa no primeiro advento do Senhor. Porém, o sacramento do batismo indica só a abolição parcial, que se recebe com a

água que elimina apenas superficialmente os pecados exteriores e atuais, tal como a água limpa o barro. Maior será aquele que se revelará com o fogo, o qual purificará o pensamento maligno com uma graça mais extensa e mais profunda; uma graça que, no segundo estado, operou apenas em poucos homens, mas no terceiro será conhecida por todos, tendo em vista que se aproxima o fim do mundo e o reino eterno. Por isso, o povo cristão deve resplandecer na plenitude da graça, para ir ao encontro do seu Rei, como o profeta disse: 'Eis que vos envio o profeta Elias, antes que chegue o grandioso e terrível Dia do Senhor. Ele converterá o coração dos pais através dos filhos e o coração dos filhos através dos pais, para que Eu não mais venha a condenar a terra com a minha maldição' (Mal 3, 23 - 24).

É tal como se ele dissesse: João Batista virá com o batismo da água e com ele indicará o Filho Unigênito de Deus, cuja voz purificará os pecados da vida ativa. Todavia, a plenitude da justiça não será alcançada na vida ativa. É necessário que venha Elias. Ele não batizará com água, mas com o fogo do espírito. E aquele que Elias indicar para Cristo, a fim de que mostre ao mundo a falsidade do pecado, verá a verdadeira justiça e terá um justo julgamento (Jo 16, 8). Os corações duros e envelhecidos pelo pecado vão adquirir a pureza das crianças; os olhos da mente serão purificados e libertos dos efeitos imundos; a todos será ensinada a plenitude da verdade, conforme diz a Escritura: «Felizes os puros de coração, porque verão a Deus» (Mt 5, 8)."

No segundo capítulo, letra "d", do segundo livro da *Concórdia*, falando do batismo de João (Batista), Joaquim diz: "Se consta que ele, sem nenhum outro batismo, esteve cheio do fogo do Espírito Santo desde o seio materno, não vejo por que não poderão ser anunciadas as coisas ocultas aos que estão batizados pelo batismo de João, e concedida a graça do Espírito aos homens justos que viveram sob a lei e os profetas e que merecem ser salvos apenas com a graça."

Consideramos que isto não se refere ao tema, tendo em vista que João não batizava em nome do Espírito Santo, mas fora enviado por Deus. O batismo de Cristo, porém, em nome do qual os apóstolos batizavam, este sim diz respeito ao tema. No entanto, mesmo sendo homens a realizar o batismo, só Deus infunde a graça e só Deus tem o poder de operar.

A confissão

A propósito do sacramento da confissão, Joaquim escreve no último capítulo (da *Concórdia*), primeira página da primeira distinção, livro V – que inicia em *Postea quae dicta sunt de gestis Helie*: "Estando próximo o tempo, não sabemos a hora em que a Igreja dará a luz, como na vinda do Senhor, para que se complete aquilo que o Senhor disse: 'um pouco de tempo e não mais me vereis' (Jo 16, 16). É necessário que os eleitos chorem e implorem pelo cumprimento deste tempo, embora nunca tenha faltado o pranto entre os que permaneceram sob as cadeias da Babilônia, como diz a Sagrada Escritura (Sl 136, 1): 'Na beira dos rios da Babilônia (nos sentamos a chorar...)'. Assim como nossos pais, que trabalharam durante a espera e que depois foram libertados da prisão com a paixão do Senhor, também os filhos serão libertos nesta segunda paixão. E como aconteceu a remissão dos pecados na aparição do Filho de Deus, também acontecerá na manifestação do Espírito Santo."

E, de modo similar, no segundo tratado do quarto livro, capítulo 2: "É preciso mostrar as figuras até que as verdades das mesmas não se hajam consumadas. E, quando o preanunciado por figuras começar a se consumir, será necessário que elas sejam suprimidas, assim como está escrito: 'breves serão as palavras do Senhor na terra' (Rm 9, 28)."

O quinto livro da *Concórdia* (cap. 37), que trata de Elias, o mais extenso da quinta parte, primeira distinção, ao falar do sacrifício de Elias contra os sacerdotes

de Baal (III Rs 18, 30), assim diz: “A água foi derramada até o terceiro estado, para que a palavra do Evangelho fosse ensinada às crianças, segundo a letra; os atos e as palavras dos Apóstolos devem instruir os adultos em Cristo; e os anciões serão ensinados no senhor pelos Santos Padres. Por que é assim? É assim porque Cristo tomou a nossa fraqueza, a fim de que Nele fôssemos fortificados e subíssemos até a sua fortaleza. Mas o que é a fraqueza de Cristo senão a vida dos Santos Padres, a nós oferecida através dos livros que os fiéis e os monges devotos leem e veneram, embora nem todos do mesmo modo? Só os livros dos Santos Padres ensinam a vida de perfeição, sobretudo aos monges, dizendo-lhes o que devem fazer.”

A eucaristia

(Continua: *Concórdia*, cap. 37). “Mas o que é que entre a água e a terra permanece, assim como a carne e a lenha, senão as palavras carnis do Antigo Testamento, que soam segundo a letra, e as do Novo, segundo a cruz? Tudo isso será consumado pelo fogo divino, para que, nesta consumação, se torne grande e poderoso.”

E pouco mais adiante (*Concórdia*, cap. 74): “É necessário que se manifestem as próprias figuras, enquanto vemos por espelhos e enigmas, e não podemos ainda conhecer a verdade que elas significam. Quando, porém, vier o Espírito da verdade, e vos ensinar toda a verdade, que necessidade tereis de outras figuras? Como a figura do sacrifício do cordeiro pascal foi suprimida com o sacrifício do corpo de Cristo, assim também toda a observação das figuras cessará com a manifestação do Espírito Santo e não haverá outras figuras para os homens, senão a simples verdade significada pelo fogo, como diz o Senhor: ‘Deus é espírito, e aqueles que o adoram devem adorá-lo em espírito e verdade’ (Jo 4, 24). Portanto, as pedras, a lenha, a carne, a poeira e a água serão devoradas pelo fogo (cf. 1 Re, 18, 38).”

Logo após, sobre o sacramento da eucaristia, diz: “Se, então, permanece alguma coisa segundo o espírito da letra, como afirma a fé católica, e que é preciso venerar para sempre, esta é a carne de Cristo, unida com a segunda pessoa divina, que permanecerá eternamente. No entanto, Cristo disse aos discípulos: ‘Quem não come a minha carne...’ (Jo 6, 24); e aqueles que o cercavam e o escutavam, entendiam o sentido de ‘carne’; por isso alguns se afastaram ao descobrir que a compreensão espiritual deveria devorar a carnal. E acrescentou: ‘O Espírito é que dá a vida, a carne para nada serve’ (Jo 6, 64); e o Apóstolo (disse): ‘A letra mata, o espírito vivifica’ (II Cor 3, 6). Se a carne de Cristo será devorada pelo Espírito, o que então acontecerá com o restante?”

(Joaquim) entende com isso que se deve preferir o terceiro estado aos outros dois, como afirma em muitos lugares. Como conclusão de todo seu raciocínio (lemos):

“Não dizemos que as coisas existentes se devem consumir de modo definitivo, mas apenas as suas figuras, que foram elaboradas para indicar algo espiritual. Com o propósito de evitar que as figuras fossem referidas ao estado de glória que nos foi prometido, São Paulo acrescenta: ‘Agora vemos por espelhos e enigmas’ (I Cor 13, 12). Estejamos, pois, atentos para utilizar corretamente a expressão do Apóstolo.”

No mesmo capítulo (*Concórdia*, Livro V, cap. 72), quarta página, (Joaquim) diz: “Quarenta e dois são os meses nos quais Elias se escondeu da face de Acab, e não choveu sobre a terra (2 Cr 17, 1)”. Ele explica: “Os 40 meses significam as quarenta e duas gerações da Igreja, de acordo com o que escreve Mateus. O número das gerações do Antigo Testamento desde Abraão, a quem foi feita a promessa, é o mesmo. Quando se completou o número das gerações, nasceu Cristo. De igual modo, a Verdade aparecerá, quando se completar o mesmo número de gerações,

saindo do ventre da letra e da casa do Novo Testamento, na qual se escondera até o tempo presente. Admitamos, pois, que os santos viram muitas coisas por espelhos e enigmas, contudo não ousaram presumir algo contrário à afirmação de São Paulo (I Cor 13, 10), a saber: 'quando vier o que é perfeito, desaparecerá o que é imperfeito'. Mas se foi assim para os grandes, o que nós, fracos e abjetos, devemos dizer? Depois de um mérito ímpar, quem não vê que nós estamos mais próximos do tempo destinado à revelação de Elias? Por isso, não falo como insipiente, mas com audácia, e digo o que sinto como verdadeiro: está próximo o tempo em que Elias se revelará a Acab e ao povo de Israel, não mais segundo a letra, mas segundo o espírito; serão convertidos os corações dos pais através dos filhos", etc.

Nas palavras citadas acima, Joaquim usa a autoridade dos Apóstolos: "Vemos por espelhos e enigmas". E repete a mesma coisa no final do quarto capítulo, no quinto livro da *Concórdia*, primeira distinção; também no sexto capítulo do mesmo livro, ao iniciar o tratado sobre Moisés; e ainda mais amplamente no primeiro capítulo do segundo livro e ao final da segunda distinção do livro quinto. E, de igual modo, fala das figuras e das imagens do Novo Testamento, no capítulo sobre Elias. No *Livro da Concórdia* (f. 118a), na terceira distinção, letra c, III, falando de Judite (Jt 8, 4), diz que ela permaneceu viúva por três anos e seis meses, acrescentando: "O grande e profundo mistério aqui se abre completamente, tendo em vista que este número perfeito encerra todos os segredos. Os quarenta e dois meses ou dias significam 1.260 anos, nos quais estão contidos os mistérios do Novo Testamento."

Estes são os textos (de Joaquim) que se referem aos nossos sacramentos.

A teoria trinitária

Precisamos agora observar, com atenção, o que está escrito no primeiro livro do *Saltério de dez cordas* (f. 229b), primeira distinção, que traz o exemplo do sol com seus raios e o calor, para explicar a fé na trindade e na unidade, e que investe primeiramente contra Sabélio e Ário; e, por fim, contra o mestre Pedro Lombardo, nestes termos:

"E este (último), seguramente o mais néscio dos três, com um novo dispositivo presume atribuir à divindade três pessoas além da substância, como se pudesse demonstrar com as primeiras a trindade e com a outra a unidade. Do modo como está posto, é como se pudéssemos distinguir, na substância ígnea que está no céu, os raios e o calor que dele sai, e um quarto elemento chamado sol. Que vemos no sol além destes três elementos indivisíveis? E o que podemos dizer senão que os três elementos são uma única substância, indivisa, que é o sol?

Oh arrogância humana, cada vez mais cega! Oh presunção, sempre inimiga da piedade humana! Se julgarmos que a simplicidade da divina substância deva ser pensada à parte das pessoas, recobrimos Sabélio com as vestes de Ário. E se dividirmos as pessoas da divina substância, defenderemos Ário sob as vestes de Sabélio. Não é isto que bradam os quatro animais santos."

E, pouco mais abaixo no mesmo capítulo, Joaquim parece repetir a heresia condenada no Concílio Lateranense, nestas palavras:

"Esteja atento ao significado de 'unus' e de 'unitas': 'unus' pode ser dito de uma só pessoa; 'unitas' ao menos de duas pessoas. Quando falamos da 'unitas', não podemos acreditar que nos referimos a uma só pessoa, mas a um povo, a um grupo, a uma plebe. Quando falamos de 'unus' em absoluto, compreendemos que se pode exprimir com isso: 'um está aqui', 'um está ali', e onde utilizo 'unus', entendo uma só pessoa. Quando digo 'unitas', neste caso, estou indicando um (*unum*) só coração e uma (*unam*) só alma, mas de muitas pessoas, isto é, um só querer (*unam voluntatem*), um só consenso (*unum consensum*). Se, de outro modo, dissermos

em algum lugar *'unus est'*, e não agregarmos mais nada, o *'unus'* não estará indicando a unidade de muitos, tal como no caso de um povo (*unus populus*) ou de uma plebe (*una plebs*).

Se, no entanto, dissermos *Pater et Filius et Spiritus Sanctus*, não podemos ousar ajuntar *'unus sunt'*, se não acrescentarmos *'Deus'*. E ainda: se afirmamos *'tres persone unum sunt'* está de acordo com a confissão católica. E mais, se dissermos *'tres persone unus Deus sunt'*, também está de acordo com a confissão católica. Quem, de outro modo, disser: *'Pater et Filius et Spiritus Sanctus unus sunt'*, recai na heresia sabeliana. Em suma, não podemos simplesmente afirmar a unidade (*unitas*) ou a trindade (*trinitas*) de uma só pessoa; a *'trindade'* é dita das três pessoas, e a *'unidade'* da substância não é dita de uma pessoa apenas, mas das três pessoas juntas."

E ainda (encontramos) na mesma distinção ou capítulo (do Saltério, f. 232c): "Há muita distância entre o que indicamos com os termos *'unitas'* e *'trinitas'*"; por isso, os dois podem ser demonstrados com os mesmos argumentos. Para não encontrar um quarto elemento ao sustentar a união de três pessoas, é necessário reconduzir a mente às três pessoas, às quais atribuímos o termo "trindade", e dizer que elas estão unidas, isto é, são uma substância, um só Senhor.

De modo análogo, guardando as devidas proporções, dizemos que as três tribos, de Judá, de Benjamin e de Levi, que permaneceram filhos de Davi, e no Templo do Senhor, são ditas um só povo. Quando digo *'um povo'* (*unus populus*), não introduzo um quarto elemento para definir as três tribos, mas afirmo a unidade das tribos, que não se dividiram ou separaram da casa de Davi, como as outras dez tribos. Então, se é assim, o que posso mostrar, quando sou interrogado sobre a unidade, senão que um recipiente com três pontas é um único recipiente?"

No *Prólogo* do pequeno *De articulis fidei*, que é uma obra suspeita (de heresia), dedicada ao seu discípulo João, o mesmo Joaquim diz no início:

"Pediste-me intensamente, João, meu filho, para que te enviasse os artigos da fé e te anotasse os pontos principais das escrituras, nos quais frequentemente caem os menos preparados. Eis, em síntese, o que me pediste. Vigia e retém para ti o que lês, tomando cuidado para que o texto não caia nas mãos daqueles que se apoderam das palavras e saem pregando, cheios de hipocrisia religiosa, para serem chamados de mestres pelos homens."

Joaquim, no *Prólogo* desta mesma obra, convida a ler os artigos de fé em segredo, tal como os heréticos que, reunidos em pequenos grupos, dogmatizavam. Ele mesmo adverte que seu tratado não deve cair nas mãos dos mestres, que os despreza devido à sua soberba. Mas isto não é o mais importante. É preciso ler com atenção, no primeiro capítulo intitulado *De fide trinitatis*, o seguinte:

"Antes de tudo, compreende o teu Deus como três pessoas plenas, íntegras e perfeitas; do mesmo modo, acredites que as três pessoas são o mesmo Deus, pleno e perfeito. E igualmente que as três pessoas são o mesmo Deus, todo simples, todo eterno, invisível e impalpável, pois Deus não é corpo, mas puro espírito. Por isso, não te debes surpreender que três são um e um três (*tres sunt unum et unum tres*).

Contudo, não debes entender o *'unum'* no singular, assim como quando designamos uma estrela, um jaspe, uma esmeralda, mas o *'unum'* está dito no sentido da *'unitas'*, tal como quando dizemos um só rebanho, um só povo, uma só multidão. Dizem bem os gramáticos: *'populus currunt et turba ruunt'*, pois aquilo do que se diz *'unum'* está compreendido no plural. E aqui se fala por abstração e não por simples e perfeita semelhança, como quando compreendemos as coisas invisíveis pelas visíveis. Eis como a Escritura fala das duas tribos de Israel; Judá diz a Simão, seu irmão: *'Vem lutar a meu favor a fim de que eu lute em teu favor'*. Não deve causar surpresa se toda a trindade é dita de um só Deus. Se uma quantidade de ouro, por exemplo, for subdividida em três estátuas, dizemos que há uma só

estátua depois da fundição do ouro? Ou seriam três estátuas da mesma matéria? Mas o homem se surpreende que um só Deus possa ser três pessoas distintas, e três pessoas possam ser um só Deus.

Outro exemplo: se jogarmos lenha e palha sobre uma chapa quente, imediatamente veremos a chama e o carvão num único fogo. Se a chama for coberta por um instante, veremos o carvão; em seguida, os elementos se reúnem igualmente em um só. Se houver apenas o carvão e a palha sobrepostos, em seguida vão aparecer todos os elementos separados.”

No último capítulo da obra *Confessio fidei ejus*, Joaquim, no *Prólogo – Confiteor sanctam Trinitatem* –, diz o mesmo: “Ao afirmar que o Filho é da mesma substância do Pai, não distingo a substância do Pai e a do Filho, professando duas substâncias, de acordo com o que reconheciam intencionalmente os latinos, e retomava o próprio Agostinho (cf. *De trinitate*, VII,6,11): o *quem é* e o *do que é* são uma mesma realidade (*unum sunt*); porém, o ‘*unum*’ não se refere à singularidade, como no caso em que três vasos de ouro de uma mesma fornada podem ser ditos que são de um mesmo ouro, isto é, de uma única substância. Por isso, o ‘*unus*’ difere do ‘*unum*’, que deve ser atribuído apenas ao ouro; o ‘*unus*’ não poderá designar o coletivo, mas apenas o singular; o ‘*unum*’, de outro modo, designa um coletivo, quando, por exemplo, falarmos de uma tribo.

Confesso isto, e dele estou convencido, não pela debilidade da similitude oferecida, mas pela compreensão nela contida. Conservo esta distinção, com pureza de espírito, separando o singular do coletivo, o que serve para eliminar os extremos, pois o verdadeiro está no meio, e isso me satisfaz. De fato, não adoro Deus como uma só pessoa ou como três deuses, mas Deus trino, simples e uno, e não um singular. A substância ou a sabedoria gerada é indivisível e inseparável da ingênita, e por isso nego que haja uma substância gerada e outra ingênita, para que não incorra no erro que sustenta duas substâncias, a ingênita e a gerada, ao invés de uma só, indivisível e simples.

De igual modo, a sabedoria de Deus e sua natureza coeterna, que é comum à Trindade, é verdadeira divindade e é própria ao Filho. Quer isso dizer que não se pode entender uma coletividade quando se enuncia a divindade ou a natureza divina, mas apenas quando indicarmos o poder de gerar, ou Deus enquanto sabedoria, essência ou virtude. E entendemos a substância gerada, quando indica a encarnação, não segundo o lugar, mas segundo a causa, a sabedoria ou a essência não gerada. Aqueles que dizem que Maria gerou Deus devem ser declarados heréticos; e de igual modo, aqueles que consideram ter ela gerado um Deus, que não foi nascido.”

Em suma, o que se extraiu dos livros de Joaquim é suficiente para conhecer a sua doutrina, embora estes livros contenham outras coisas curiosas, fúteis e tolas, tais como a descrição dos três ângulos de um instrumento musical, o saltério de dez cordas, com o qual pretende explicar a fé na Trindade.

O ângulo do vértice obtuso está atribuído à pessoa do Pai e os dois ângulos agudos, respectivamente, ao Filho e ao Espírito Santo. Não obstante, na figura, é evidente que o ângulo do vértice obtuso não forma um ângulo, mas dois. Joaquim atribui o ângulo do vértice obtuso ao Pai pelos dois motivos expostos no início da quarta distinção do primeiro livro do *Saltério* (f. 235b):

“Devemos agora examinar a questão que se refere às pessoas divinas. E, para fazê-lo corretamente, é preciso antes estabelecer o modo como se apresenta o ângulo principal da figura triangular, do qual toda a arte musical tem origem, frente aos outros. Este vértice está atribuído a Deus Pai, pois Dele se derivam o Filho e o Espírito Santo, um nascendo e o outro procedendo. Por isso, a principal pessoa está indicada pelo ângulo principal do saltério, o qual aparece como o princípio dos outros dois vértices. De fato, como foi dito, nele está a caixa sonora do saltério,

tal como uma fonte viva e eficaz que se derrama fluentemente no mar. O ângulo principal, que de algum modo é diferente dos outros dois, indica que o Pai não foi originado por ninguém e jamais foi enviado aos homens, não tendo um princípio do qual decorre. Diferentes são o Filho e o Espírito Santo, que, inspirando a superior Cidade Celeste e enchendo com a graça os nove coros dos anjos, com o ímpeto de um rio, voltados à salvação do gênero humano, descem do céu até os lugares mais baixos. Eles, de fato, estão 'procurando o que estava perdido' (Lc 19, 10) e completam a corda inferior do gênero humano, a qual, devido à sua disposição, encerra toda a música, para mostrar a riqueza de sua bondade. E, se não lemos em nenhum lugar que o Pai foi enviado, porque não deriva de ninguém, e se de outro modo o Filho e o Espírito Santo, um com a encarnação e o outro sob a forma de pomba (At 3,2) e de fogo (Mt 3,16; Mc 1,10), foram enviados aos homens por quem nunca foi enviado, para que eles não se distanciassem daquele que o enviou, mas permanecessem Nele e com Ele eternamente. Por estes motivos, é conveniente, então, que o primeiro ângulo, com sua abertura, seja referido ao Pai; e os outros dois ângulos, derivados do primeiro, ao Filho e ao Espírito Santo."

A quinta distinção (do Saltério, f. 238a) elenca outra razão. O ponto que inicia *Est tamen et aliud sacramentum quod debeat de vigilanter pensari* acrescenta logo em seguida:

"As coisas foram criadas pelo Pai, como um princípio sem princípio; por isso, Ele não tem princípio em outro. Elas foram criadas por Ele, não a partir de outra coisa já existente, mas a partir do nada. Por esta razão, o vértice principal está privado da forma do ângulo agudo, pois Deus, com o Filho e o Espírito Santo, não tem princípio temporal, pois Deus sempre foi e sempre será. Se o vértice principal tivesse um ângulo agudo, pareceria que as coisas não foram criadas a partir do nada. A fim de demonstrar que Deus onipotente é um princípio sem princípio, o ângulo principal permanece sem vértice, como se disséssemos claramente: na eternidade de Deus onipotente não é necessário buscar um princípio, porque Ele sempre foi e sempre será."

Pouco depois: "Convenientemente, a falta do vértice no ângulo principal do saltério está comparada ao Pai, porque Ele não tem começo, e a eternidade mesma, que está em Deus na anterioridade dos tempos, é imperscrutável. E descobrir a oculta vontade que quis criar no tempo, e não eternamente, supera a sabedoria, debilita os sentidos e o intelecto humano."

E um pouco mais adiante: "Mas, talvez, na medida em que os vértices inferiores terminam em forma de um ângulo agudo, o Filho e o Espírito Santo deverão ter um final, enquanto a todos os eleitos será dada a eternidade no tempo? Afaste esta dúvida! Eles apenas adotaram a realidade visível para que pudessem se mostrar aos homens, ainda que de modos diferentes: o Filho sob a natureza humana, e o Espírito Santo em forma de pomba, a figura da Santa Madre Igreja." E mais: "O Filho e o Espírito Santo adotaram a forma terrestre a fim de que pudessem se manifestar aos homens e completar a obra para a qual foram enviados."

E logo após: "Era necessário que o Filho, feito homem, tivesse um princípio e um fim como homem, do mesmo modo que a criatura, progredindo no tempo, viva, se consuma e morra, embora o tempo seja só um momento, pois 'junto a Deus não há mudança, nem sombra de alteração' (Tg 1, 17)."

E por fim: "Se é verdade que Deus não tem origem, ao Pai diz respeito o ângulo principal sem vértice, pois Ele não procede de ninguém; o Filho e o Espírito Santo, de outro modo, procedem do Pai. Por isso, o ângulo principal é privado do vértice; e o mesmo não pode ser dito do Filho e do Espírito Santo. Os dois, enquanto divindades, nunca terão fim. Porém, o Filho, enquanto homem, teve um fim temporal, segundo o que diz a escritura: 'É preciso que se cumpra em mim o

que está escrito' (Lc 22, 37); e certamente teve um fim corporal, assim como nós temos. O Espírito Santo terá um fim na efusão dos seus dons, como está figurado no azeite que Eliseu (2 Rs 4, 6) mandou derramar. Tal como o azeite, chegará ao fim a efusão do espírito."

Aqui terminam as palavras de Joaquim.

Notamos o quanto estas razões são contrárias à verdade, pois, de um modo obscuro, a quem é Perfeito e Criador de todas as coisas está atribuída a imperfeição das figuras; e a quem deve ser a primeira razão dos princípios e da eternidade se nega o vértice do ângulo. A filosofia ensina que a simplicidade convém ao que é a razão primeira dos princípios e do eterno, pois os princípios são simples em sua própria natureza.

O Protocolo de 1255

O texto conhecido como *Protocolo de 1255* é o relatório final da comissão de cardeais reunida em Anagni, entre os anos 1254-55, para analisar o pequeno livro *Introdução ao Evangelho Eterno*, do jovem franciscano espiritual Geraldo de Borgo san Donnino.

O *Protocolo de 1255* está dividido em duas partes principais. A primeira parte, bem menor que a outra, avalia a doutrina de Geraldo de Borgo, contida na *Introdução ao Evangelho Eterno*. Ao que tudo indica, o pequeno livro de Geraldo, hoje desaparecido, nada mais era que a retomada de alguns tópicos do pensamento de Joaquim de Fiore, os quais ele pretendia introduzir. A Comissão de Anagni analisa este texto nas poucas páginas iniciais. No entanto, estas poucas páginas constituem um importante documento: são o único registro por meio do qual até então se tem notícia dos 31 capítulos da *Introdução ao Evangelho Eterno*, hoje desaparecida.

A segunda parte, por sua vez, é bem mais extensa. Avalia os pontos polêmicos da obra de Joaquim de Fiore, retomados, interpretados e – não raras vezes – modificados nas mãos de Geraldo de Borgo. São os pontos seguintes: a sua teoria da história centrada nos três estados (*status*) do mundo, a teoria da nova ordem, do fim da igreja, dos dois anticristos e da hermenêutica por concórdia. Além disso, tem-se a revisão da teoria trinitária do abade, que já havia sido objeto de condenação no IV Concílio Lateranense de 1215.

A Introdução ao Evangelho Eterno de Geraldo de Borgo

O polêmico *libellus* de Geraldo de Borgo, intitulado *Introdução ao Evangelho Eterno*, foi publicado em 1254 e teve imediata repercussão, logo sendo acusado de heresia. Um grupo de mestres seculares da Universidade de Paris, comandados por Guilherme de Saint-Amour – o mesmo *magister* de Paris que, em 1256, escreverá o *De periculis novissimorum temporum*, condenado no mesmo ano pela Bula *Romano Pontifex*, de Alexandre IV – reuniu um catálogo de 31 erros extraídos do livro e o encaminhou ao papa (Dufeil, 1972; Saranyana, 1979, p. 86-114). Dos alegados 31 erros, sete resultavam da obra de Geraldo; os restantes eram da obra de Joaquim de Fiore.

O tema tratado pelo jovem franciscano adquiriu relevância devido ao prognóstico que carregava consigo: no ano 1260, segundo os cálculos que ele retomava de Joaquim, o Evangelho de Cristo seria substituído por outro mais importante, o Evangelho Eterno. Portanto, não restavam mais que seis anos para o término do Evangelho do Filho, de sua igreja e de sua ordem de representantes, a clerical (*ordo*

clericorum). Em troca, surgiria uma renovada Igreja Espiritual, conduzida por uma nova ordem monástica (*ordo monachorum*).

A disputa entre os representantes da igreja clerical e da monástica, já em curso desde 1252 por causa do direito ao dízimo e às esmolas dos fiéis, ficará mais acentuada ainda com o conflito entre os regulares e os seculares no seio da Universidade de Paris (atual Sorbone). A isso tudo se somava a querela interna à própria ordem franciscana, que é um dos motivos da instalação da Comissão de Anagni em 1254. Os franciscanos se dividiam em torno de duas tendências antagônicas. Uma defendia a manutenção dos bens angariados pela ordem recém-surgida; e a outra advogava em prol da pobreza radical, seguindo os passos de seu fundador.

A Comissão terá como tarefa precípua analisar o polêmico texto de Geraldo de Borgo; e, na esteira disso, avaliará também a não menos polêmica obra do abade Joaquim de Fiore. Ela é constituída pelos seguintes membros: Odone, cardeal da Toscana; Estevão, cardeal de Preneste; e Hugo, cardeal de Santa Sabina. Além deles, participaram três *magistri*: Florêncio, então bispo de Ancona (mais tarde de Arles), que pretendia condenar partes da obra de Joaquim; Bonevaletto, bispo da Igreja Panadense (pertencente ao patriarcado de Constantinopla); e Pedro, leitor dos dominicanos e inquisidor em Anagni, o qual trazia consigo os originais das obras de Joaquim, vindos diretamente do mosteiro de San Giovanni in Fiore. Também se fazia presente um notário pontifício, que certamente redigiu o documento final do *Protocolo*.

A leitura do *Protocolo de 1255* deixa ver que o plano original de Geraldo de Borgo era o de introduzir as três obras maiores de Joaquim de Fiore. Porém, ao que parece, ele acabou introduzindo apenas uma delas, a *Concordia Novi ac Veteris Testamenti* (Joaquim de Fiore, 1964a), obra em que o abade expõe o seu método por concórdia. Nada indica que ele tenha escrito algo a respeito das outras duas obras principais do abade cisterciense e depois florense: o *Psalterium decem chor-darum* (Joaquim de Fiore, 1964c), dedicado ao tema da Trindade, e a *Expositio in Apocalypsim* (Joaquim de Fiore, 1964b), que trata dos apocalipses bíblicos.

Pelo que consta nas páginas iniciais do *Protocolo de 1255*, pode-se ver que Geraldo retoma algumas ideias de Joaquim de Fiore e as aplica à leitura dos episódios vividos naquele momento. Entre estas ideias destacam-se, no geral, a expectativa do terceiro estado (*status*) joaquimita e o cumprimento das próprias profecias do abade. Ele também vai indicar outros episódios que aconteceriam naqueles dias: o iminente início do terceiro estado do mundo para o ano 1260, a concretização do último estágio da revelação na figura do Espírito, o surgimento de uma nova escritura chamada Evangelho Eterno e a inauguração de uma nova economia da salvação pelos homens espirituais (*virii spiritali*). Por fim, assinala o imediato e definitivo ingresso em um período espiritual marcado pela superação das figuras, dos enigmas e de tudo aquilo que caracterizou o Evangelho do Filho.

A pergunta que surge aqui é a seguinte: o que é próprio de Geraldo de Borgo e de Joaquim de Fiore no documento conhecido como *Protocolo de 1215*? Ou melhor: em que aspectos a proposta do jovem franciscano destoa daquela do abade florense?

Dos temas mencionados acima, alguns deles já se distanciam significativamente da proposta original de Joaquim de Fiore. Sabe-se, por exemplo, que o abade não especificava uma data precisa para o início do terceiro estado espiritual, pois ele trabalhava com um sistema bastante flexível ao dividir a história por gerações. Além disso, Joaquim não entende que o ano 1260 seja a data exata de início do terceiro estado do mundo. Em sua divisão da história, o período compreendido pelas gerações próximas ao ano 1260 demarca mais bem o momento de frutificação (*fructificatio*) do estado espiritual. Deste modo, pode-se dizer com segurança que,

nas mãos de Geraldo, assim como na maioria dos franciscanos espirituais do século XIII e seguintes, as ideias joaquimitas já vão sofrer um direcionamento bastante marcado pela leitura da conjuntura do momento, pelo calor das polêmicas entre o clero secular e o regular e pelas disputas internas à própria ordem franciscana, dividida entre espirituais e conventuais. É dentro desta ótica que vai aparecer o que é propriamente de Geraldo de Borgo.

Um aspecto por ele retomado de Joaquim de Fiore é a hermenêutica por concórdia. Em sua estratégia de interpretação por concórdia, o abade apontava para o surgimento de três grandes homens no decorrer dos três estados do mundo. Ele, assim, constatava que, no primeiro estado, haviam surgido Abraão, Isaac e Jacó; e, de igual modo, no segundo, vieram mais três: Zacarias, João Batista e Jesus. Com base nisso, e com apoio na análise comparativa entre os apocalipses de Daniel e de João, Joaquim destaca os três personagens que viriam do terceiro estado do mundo. O primeiro deles está indicado na passagem em que o profeta Daniel (Dn 12,7) vê um homem vestido de linho andar por cima das águas do rio. Os outros dois aparecem no contexto apocalíptico em que o anjo que traz o Evangelho Eterno: trata-se de um anjo com o “selo do Deus vivo” (Ap 7, 2) e de um “filho de homem” (Ap 14,14) com a foice afiada. Para Joaquim, esses três personagens, de modo similar aos três que vieram no decurso do primeiro e do segundo estado, apareceriam no terceiro estado espiritual.

Geraldo, por sua vez, dá um passo adiante na interpretação destes três prognósticos. Passa a assegurar que o homem vestido de linho era o próprio Joaquim de Fiore (1130-1202); o anjo com a foice afiada era Domingos de Gusmão (1170-1221), o fundador da ordem dominicana; e o anjo com o “selo do Deus vivo”, previsto por Joaquim para aparecer nas gerações próximas ao ano 1200, era Francisco de Assis (1182-1226), o fundador de sua ordem, a franciscana. Talvez, como observa De Lubac (1979, p. 86), por vez primeira os famosos estigmas de São Francisco estão associados ao “selo do Deus vivo”, trazido pelo anjo do sexto selo do Apocalipse de João.

E isso não é tudo. Passa a assegurar que o anúncio do Evangelho Eterno havia sido confiado à ordem monástica dos descalços (*nudipedum*), formada ao mesmo tempo por leigos e clérigos, tal como sugeria a sequência das três ordens na teoria joaquimita. Para Joaquim, a ordem dos casados frutificara no primeiro estado; a dos clérigos no segundo; e a dos monges no terceiro. No texto de Geraldo, como em outras crônicas medievais, o termo *nudipedum*, também designativo dos valdenses, servia para nominar a ordem franciscana (cf. Falbel, 1995, p. 75, n. 109).

Outro aspecto, com repercussão político-eclesiástica imediata, vem do prognóstico de um papa simoníaco. Geraldo associa o período de abominação e de desolação, referido pela profecia de Daniel, recolhida por Mateus (Mt 24,15), e retomada por Joaquim (*Concórdia*, 1964a, f. 109), com um pontificado simoníaco, a entrar em vigência logo no início da era do espírito. Consta no *Protocolo*: “O frade Geraldo explica: ‘A abominação significa o advento de um papa simoníaco’;” ao que acrescenta: “Tal abominação será certamente por causa de um papa, caído no pecado da simonia, no final do sexto tempo [...]” (do segundo estado).

Outro tema, polêmico em termos doutrinários, que criou uma verdadeira tradição nos círculos joaquimitas, e que muitas vezes foi confundido ou suplantou a própria obra do abade, é o do Evangelho Eterno.

O Evangelho Eterno

330

A expressão Evangelho Eterno vem do Apocalipse de João. No contexto do anúncio do Juízo Final, João (Ap 14, 6) apresenta a seguinte visão: “Vi então outro anjo, que voava no ápice do céu, com uma mensagem a anunciar aos habitantes

da terra, a toda nação, tribo, língua e povo – um Evangelho Eterno.”

Joaquim de Fiore retoma esta passagem apocalíptica em vários momentos de sua obra. Alguns desses momentos estão destacados no Protocolo de 1255. A Comissão de Anagni, ao tratar o tema da nova ordem, toma uma citação da última obra incompleta de Joaquim, o *Tractatus super quatuor Evangelia* (Joaquim de Fiore, 1930, p. 86), em que ele, ao falar da vinda de Elias, da nova ordem e da Igreja Espiritual, faz a diferenciação entre o Evangelho do Reino, correspondente ao mandato de Cristo e dos Apóstolos, e o Evangelho Eterno, em que os sacramentos, antes transitórios e temporais, adquirem um significado eterno. E ao final da mesma seção, a mesma Comissão, depois de tentar enquadrar Joaquim – não sem exagerar e forçar os textos –, nas definições de heresia formuladas por Agostinho, Jerônimo e Isidoro de Sevilha, traz uma passagem da *Concórdia* (II,1): “Por terra, compreendemos o Antigo Testamento; por água, o Novo; e por fogo, aquele que desceu do céu e devorou tudo, o Evangelho Eterno, de acordo com o que já foi dito.”

Mais adiante, ao tratar da compreensão espiritual (*intellectus spiritualis*), a Comissão destaca uma anotação de Geraldo, a propósito da antes mencionada passagem da *Concórdia*, em que se lê: “Neste ponto, Joaquim chama ‘terra’ o Antigo Testamento, ‘água’ o Novo Testamento e ‘fogo’ o Evangelho Eterno.” E, ato seguido, agrega uma passagem do *Psalterio* (cap. 19), também comentada por Geraldo, em que o abade, depois de assegurar que se devia esperar a vinda do Espírito e aprender a honrá-lo, do mesmo modo como já foram honrados o Pai e o Filho, conclui que nada é mais adequado que o seu Evangelho para prestar-lhe honras. E pergunta: e qual é o seu Evangelho? Ao que responde na sequência: “Aquele do qual fala João, no Apocalipse: ‘eu vi um anjo de Deus que voava no meio do céu e a ele foi dado o Evangelho Eterno’ (Ap 14,6).”

Ao contrário daqueles que dizem ser o Evangelho Eterno uma pura invenção de Geraldo de Borgo – ou dos franciscanos espirituais e outros radicais da época –, pelo que foi destacado acima, pode-se ver que o tema está suficientemente amparado na obra joaquimita. O Evangelho Eterno está claramente associado pelo abade à compreensão espiritual (*intellectio spiritualis*) característica do terceiro estado. A simbologia do fogo (Pentecostes) mostra o modo em que o Espírito se manifesta no terceiro estado, quando procede dele mesmo. Diferentes são as manifestações no primeiro e no segundo estados. Ao proceder do Pai, Ele se manifesta *in specie aliena* como terra ou carne (a pomba da Arca de Noé); e ao proceder do Filho, se manifesta pela água (do Batismo de Jesus, por exemplo). Também, a passagem do *Psalterio* não deixa dúvidas que o Evangelho do terceiro estado espiritual é o Evangelho Eterno; e que, conseqüentemente, a ordem monástica e a Igreja Espiritual terão a incumbência de difundir este novo evangelho.

De acordo com a teoria joaquimita dos três estados do mundo, Geraldo passa a afirmar que o Antigo Testamento foi o primeiro céu, o Evangelho de Cristo o segundo, e o Evangelho Eterno será o terceiro; o Antigo foi a claridade das estrelas, o Novo a da lua, e o Evangelho Eterno será a luz do sol; o Antigo foi a casca, o Novo o tronco, e o Evangelho Eterno ou do Espírito Santo será o cerne. A isso, ele acrescenta logo em seguida, de acordo com Joaquim, que, no terceiro estado do mundo, próprio ao Espírito Santo, diferentemente dos dois testamentos anteriores, serão finalmente superados todos os enigmas e as figuras. Significa dizer em outros termos que a compreensão espiritual dará lugar a um período sem a mediação da letra, dos sacramentos, dos clérigos e da própria Igreja de Cristo. A humanidade será totalmente guiada pelo espírito.

A propósito, podemos ler outras citações conservadas do texto de Geraldo de Borgo no *Protocolo de 1255*, e que também estão em pleno acordo com o pensamento de Joaquim: “O terceiro estado do mundo, que é próprio do Espírito

Santo, será sem enigmas e sem figuras”; “O apóstolo (I Cor 13, 25), falando sobre a fé e a caridade, distingue o estado da fé, correspondente ao segundo estado do mundo, que é dado por enigmas, do estado da caridade, próprio ao Espírito Santo, que não possui o enigma das figuras dos dois testamentos”; e, por fim, “cessarão todas as figuras e a verdade dos dois testamentos aparecerá sem revestimento algum” (Verardi, 1992, p. 60-61).

Não obstante, há algo novo em Geraldo de Borgo. Diferentemente de Joaquim, ele entende que o Evangelho Eterno é um livro escrito, uma terceira escritura. E mais, entende que Joaquim seria seu escritor ou ministro; e que, por isso mesmo, a terceira escritura corresponderia às próprias obras do abade. Como destaca o *Protocolo de 1255*, logo no início da primeira parte, Geraldo entende que os livros do Evangelho Eterno são constituídos pelas três obras maiores de Joaquim: a *Concórdia* seria o primeiro livro, a *Exposição ao Apocalipse* o segundo, e o *Saltério de dez cordas* o terceiro. Deste modo, o jovem franciscano visivelmente dava um passo mais em relação ao que escrevera o abade de Fiore a respeito do tema. A própria justificativa de sua *Introdução ao Evangelho Eterno*, citada no *Protocolo*, insinua isso ao dizer: “por volta do ano 1200 da Encarnação do Senhor, despertou o espírito de vida dos dois testamentos, a fim de que surgisse o Evangelho Eterno” (Verardi, 1992, p. 60). Para o franciscano, este “despertar do espírito de vida” já teria deixado como resultado concreto as obras do abade. E é com base nelas que ele vai argumentar em defesa da vigência do Evangelho Eterno naqueles dias.

Esta marca indelével permanecerá na “subterrânea, profunda e oculta”, no dizer de Henri Lefebvre (1976, p. 40), difusão posterior da obra joaquimita como sendo o próprio Evangelho Eterno. O grande legado de Geraldo de Borgo talvez tenha sido o de dar início a esta verdadeira lenda – um “mito” no dizer de Reeves e Gould (2000) – do Evangelho Eterno de Joaquim de Fiore. A partir daí, para a grande maioria daqueles que fazem referência a Joaquim, a própria obra dele passou a ser identificada com o Evangelho Eterno. Tal é o caso da redescoberta do Evangelho Eterno pelos filósofos alemães do século XIX (Lessing, Schiller e Schelling) e o da conhecida tradução francesa de fragmentos dos textos principais do abade, por Aegerter (1928), intitulada *L’Evangile Eternel*, de início do século XX. O mesmo pode ser dito de Mircea Eliade (1996, p. 132) e outros tantos autores.

Ao longo do *Protocolo de 1255*, a Comissão de Anagni intercala acusações de prática de heresia, que são dirigidas tanto contra Geraldo de Borgo quanto a Joaquim de Fiore. Pedirá, por fim, a condenação eclesiástica para suas respectivas obras. Não obstante, depois de dois anos, quando os trabalhos foram finalmente encerrados, o papa Inocêncio IV (pont. 1243-54), contrário aos mendicantes, já havia falecido. A cúria romana estava ocupada agora por Alexandre IV (pont. 1254-61), que, segundo indicam as fontes, simpatizava com os Frades Menores. Talvez, por isso, a Bula Pontifícia *Libelum quaedam*, de 1255, por ele editada, vai condenar apenas a *Introdução ao Evangelho Eterno*, de Geraldo de Borgo. Não condena seu autor, nem a causa defendida pelos espirituais ou as ordens florense e franciscana. Tampouco ratifica o pedido de condenação à totalidade da obra de Joaquim de Fiore.

A última investida contra a obra joaquimita no decorrer da Idade Média terá lugar no Concílio de Arles, em 1263. Presidido pelo mesmo Florêncio (então bispo de Ancona ao participar da Comissão de Anagni), agora bispo de Arles, este Concílio pedirá a proibição da leitura de toda a obra de Joaquim. O texto do Concílio traz uma forte ameaça: seriam excomungados todos os que, com o pretexto de honrar o Espírito Santo, diminuíssem o efeito da redenção do Filho, limitando-a a um dado período de tempo (cf. Verardi, 1992, p. 10). A proibição fracassa, pois sem o aval pontifício, terá apenas alcance local.

A condenação de Geraldo, embora pouco se saiba, parece ter sido levada a cabo pela própria Ordem Franciscana em 1258. Neste mesmo ano, na tentativa de

acalmar os ânimos no interior da Ordem, João de Parma, um respeitado e conhecido joaquimista, será substituído no cargo de Geral por Boaventura de Bagnoregio. Ao que tudo indica, o caso de Geraldo foi julgado internamente segundo uma resolução da Ordem Franciscana que previa duas coisas. Em um sentido, proibia a publicação de qualquer escrito sem a aprovação do ministro geral e do capítulo provincial; e, em segundo, prescrevia o castigo de prisão a quem transgredisse tal resolução. Com base neste dispositivo, Geraldo de Borgo será finalmente condenado à prisão eclesiástica, na qual morrerá dezoito anos mais tarde, sem se retratar (cf. Saranyana, 1979, p. 57ss.; Falbel, 1995, p. 70).

O pensamento de Joaquim de Fiore

A segunda parte do *Protocolo de 1255* é bem mais extensa e examina cuidadosamente os pontos principais do pensamento do abade. Avalia a teoria dos três estados do mundo, que tem amparo em sua teoria trinitária, e outros temas não menos importantes, a saber: o da nova ordem, do fim da igreja clerical, dos dois anticristos e da hermenêutica por concórdia. Por fim, também retoma a teoria trinitária de Joaquim, antes condenada.

(i) Joaquim de Fiore divide a história da humanidade em três estados (*status*) do mundo de acordo com a matriz trinitária. Cada estado está subdividido internamente em três conjuntos de 21 gerações de 30 anos cada um deles, sendo que dois destes conjuntos coincidem. O primeiro estado, em que os homens viveram segundo a carne, teve início (*germinatio*) em Adão, frutificou (*fructificatio*) em Jacó e se consumou (*consummatio*) nas 21 gerações entre o rei Osias (de Judá) e José, pai de Jesus. O segundo estado, no qual os homens viviam entre a carne e o espírito, começou a germinar nas gerações precedentes (de Osias a José), frutificou nas 21 gerações seguintes (de Jesus a São Bento, que viveu de 480 a 547) e se consumaria 21 gerações depois (entre 1200 e 1230), período em que Joaquim escrevia sua obra. Por fim, o terceiro estado espiritual, que já se havia iniciado na sequência das 21 gerações anteriores, frutificaria 21 gerações depois, a contar de 1260, e se consumaria nas 21 gerações que coincidem com fim do mundo.

Cada um dos estados é próprio a uma figura da Trindade e a uma ordem correspondente de homens. O primeiro estado está atribuído ao Pai e à ordem dos casados (*ordo coniugatorum*), a exemplo dos antigos patriarcas bíblicos; o segundo estado ao Filho e à ordem dos clérigos (*ordo clericorum*), a exemplo dos discípulos de Jesus; e o terceiro ao Espírito e à ordem dos monges (*ordo monachorum*), que congregará os verdadeiros homens espirituais. A lei exterior, a carne, a letra e a escravidão marcam o primeiro período, próprio ao Antigo Testamento; o amor, a carne redimida pelo espírito, o verbo encarnado e a liberdade filial caracterizam o Novo Testamento; e a ausência de lei, de letra e a plena liberdade indicam o terceiro período espiritual.

(ii) A teoria joaquimista da história se completa com a previsão da vinda de uma nova ordem monástica, superior em dignidade às outras duas que atuaram no estado paterno e filial. A maior dignidade atribuída às figuras do segundo estado em relação ao primeiro e do terceiro em relação ao segundo introduz uma perspectiva ascendente que vai do véu da letra à claridade do espírito, das prisões da lei à plenitude da liberdade e da geração carnal à geração espiritual. A ordem espiritual, assim, deixaria para trás a ordem clerical vigente no segundo estado. Neste sentido preciso, e deixando de lado os exageros cometidos pelos círculos joaquimitas em geral, e pelos franciscanos espirituais em particular (onde se inclui o próprio Geraldo), é certo que, na totalidade da obra joaquimista, há suficiente amparo teórico para o prognóstico do advento de uma nova ordem, a monástica, como sujeito da

história no terceiro estado espiritual. Discutível é o aspecto referente à superação de um estado pelo outro, de uma ordem pela outra, pois, a julgar pela teoria trinitária do abade, a transição para um novo estado não implicaria rigorosamente a extinção do estado precedente. O que há, na verdade, é o entrelaçamento entre os três estados, tal como sugere a *Figura da Tavola XI – Círculos trinitários* (cf. Bitonti e Oliverio, 1998, p. 59); e, com efeito, a preponderância de uma ordem de eleitos – casados, clérigos, monges – em cada estado do mundo.

O *Protocolo de 1255* documenta o prognóstico da nova ordem com um razoável número de citações extraídas dos originais joaquimitas. Os textos de Joaquim não deixam dúvida a respeito de que a compreensão literal dará lugar a uma compreensão espiritual; que haverá uma nova vida religiosa totalmente livre e contemplativa; e que a ordem contemplativa, como uma criança, sucederá à ordem clerical, fundada por Jesus, tal como Davi foi sucedido por Salomão, e Pedro, o Príncipe dos Apóstolos, por João Evangelista, e, sobretudo, João Batista por Jesus.

O prognóstico de uma nova ordem monástica para o terceiro estado decorre naturalmente da divisão joaquimita da história. Não seria difícil, ainda que desnecessário, trazer aqui outras tantas citações que comprovam tal encadeamento. Este prognóstico, no entanto, vai se tornar mais problemático ainda no decorrer do século XIII. Alguns intérpretes dos textos joaquimitas vão relacionar mais estreitamente os tipos profetizados pelo abade com os personagens da recente história em curso. Tal é o caso do anjo com a foice afiada e do anjo com o “selo do Deus vivo”, respectivamente associados ao fundador da ordem dominicana e da franciscana; e, conseqüentemente, a nova ordem monástica identificada com a franciscana.

A imediata reação não terá lugar apenas no interior do clero secular, visivelmente encabeçada pelos *magistri* de Paris, mas também no âmbito das próprias ordens monásticas. Na teoria joaquimita, parece não haver dúvida de que a ordem clerical teria preponderância apenas no segundo estado, que por aqueles dias entrava em seu ocaso. Ao associar as previsões de Joaquim com São Domingos e com São Francisco e sua ordem, não só se comprovava o caráter profético de seus escritos, como também ganhavam destaque outros temas não menos polêmicos. Precisamente neste período final do segundo estado, o papado e a própria igreja clerical tenderiam a se eclipsar.

Por outro lado, há a reação das próprias ordens religiosas que, mesmo em tese integrando a chamada igreja monástica, ficaram preteridas em favor dos franciscanos, tal como é o caso dos dominicanos. A propósito, vale lembrar que o próprio Tomás de Aquino (1225-74) dedica grande parte de seus primeiros escritos aos temas joaquimitas (cf. Saranyana, 1979, p. 119ss.). Em sua *Expositio in II Decretalem* e em seu *Contra errores graecorum*, ele avalia a teoria trinitária de Joaquim. No *Contra impugnantes*, tratará a doutrina do Anticristo. E a *Suma Teológica* (I, q. 1, a. 9 e 10; *Suplemento*, q. 77, a. 2; I-II, q. 106, a.4) dedica várias questões ao estudo da escatologia joaquimita (nova era, nova lei), do fim dos sacramentos e da leitura da história (*lectio historiae*).

Além disso, no interior da própria ordem franciscana, havia uma tácita divisão entre os espirituais, fiéis seguidores do joaquimismo e da pobreza radical, e os conventuais, que não vão se orientar pela pobreza extrema, mas por um uso moderado dos bens (*usus pauper*). Neste contexto, é possível entender a própria mudança do comando geral da Ordem Franciscana, que passa de João de Parma, um joaquimita assumido, para o mais moderado São Boaventura, como já foi mencionado.

(iii) Dos pressupostos da teoria da história de Joaquim, também decorre a tese de que, durante a frutificação do terceiro estado, que coincide com o período de consumação do segundo, ocorreria o declínio da igreja de Cristo, que, durante todo o segundo estado, foi levada adiante por uma ordem clerical.

Assim, conforme destaca o *Protocolo de 1215*, o papel preponderante da ordem monástica implica inversamente dar um lugar secundário à ordem clerical. Se bem é verdade que Joaquim afirma que a Igreja de Cristo não seria destruída, mas transformada (*Concórdia*, 1964a, f. 80), ele também entende que a ordem clerical, e tudo o que a ela está associado, consumir-se-ia durante a tribulação do primeiro Anticristo, nas últimas gerações do segundo estado (entre 1200 e 1260).

Outras passagens mostram isso. É o caso daquela do *Psalterio decem choridarum* (f. 266a), destacada pela Comissão de Anagni, que fala da substituição de Pedro por João: “Quando, então, passar o que significa Pedro, que segue o Senhor com a cruz, daí se manifestará abertamente o que indica João.” Com base nisso, alguns vão avançar e concluir que, com a passagem da ordem clerical para um segundo plano, não haveria mais necessidade de seguir o papado e a igreja romana.

Além disso, a escatologia joaquimita prevê o surgimento de algumas figuras emblemáticas na passagem do segundo para o terceiro estado. Entre elas, temos as figuras do *Novus Dux* (Novo Guia) e a do *Pastor Angelicus* (Papa Angélico). As interpretações joaquimitas e pseudojoaquimitas vão adaptar com frequência a opinião de que a transição a uma nova era ocorreria sob a liderança de um pontífice universal, o Papa Angélico, ou de um líder político universal, o Imperador dos Últimos Dias, ou de ambos (West e Zimdars-Swartz, 1983, p. 102-103). Frequentes são também as identificações dos seus opostos nas figuras negativas do pseudopapa ou papa simoniaco e na do Anticristo (Reeves, 1961, 1993). Não há dúvida que esse simbolismo marcará decisivamente o imaginário joaquimita dos séculos XIII e seguintes.

Na passagem do século XII para o XIII, por exemplo, depois da morte de Frederico I, Barba-Ruiva (1123-90), surgem os prognósticos a respeito de outro Frederico. O novo Frederico seria o imperador destinado a preparar o Segundo Advento de Cristo, que na leitura joaquimita teria lugar no final do segundo estado, e não no fim do mundo como até então se interpretava. A coroação de Frederico II em 1197, como imperador do Sacro Império Romano Germânico, vai dar alento a essa profecia (Falbel, 1995, p. 67). Muitos o identificarão com o Novo Guia (*Novus Dux*) anunciado por Joaquim e o associarão imediatamente a uma das cabeças da Besta do Apocalipse. Os castigos por ele infligidos à igreja romana – e, por conseguinte, ao clero –, davam claros sinais de que estava ocorrendo o que havia sido previsto para acontecer à ordem clerical, destinada a consumir-se no advento do terceiro estado do mundo, na luta contra o Anticristo. A morte de Frederico II, em 1250 – e não em 1260 como previam muitos franciscanos espirituais –, trará certo descrédito a essas profecias.

Mais tarde, o mesmo imaginário medieval – que até hoje se mantém vivo em muitos indícios – também marcará presença na tradição luso-brasileira, através da doutrina do Quinto Império e, sobretudo, dos cultos e das festas do Império do Divino (Rossatto, 2003, 2005). Da ligação entre Isabel (1269-1336), a Rainha Santa de Portugal, esposa de D. Dinis, e os franciscanos espirituais, é que nascerá a primeira Confraria do Espírito Santo de Alenquer, no ano de 1282. E da relação no interior do Reino de Aragão, entre a Rainha de Portugal e o filósofo catalão Arnaldo de Vilanova (1238-1316), então chanceler de seus dois irmãos, Frederico III de Sicília e Jaime II de Aragão, vem a certeza do contato mais direto entre a corte portuguesa e as ideias joaquimitas.

Na figura de um novo rei, ou mais precisamente na coroação de um rei menino – um *Dux Novus*, conforme sugere o texto da *Concórdia* (1964a, f. 56b), citado no Protocolo –, é celebrado o terceiro estado joaquimita. Tradicionalmente, as Festas do Divino coroam um rei menino em meio a um rei em idade adulta e outro em idade avançada, de acordo com o que a própria *Concórdia* (1964a, f. 112a) ensinava ao dizer: o primeiro estado é dos mais velhos, o segundo dos adultos e o terceiro

dos meninos. Desde suas origens, ao contrário de outras correntes joaquimitas antimonárquicas, a celebração do Império do Divino destaca positivamente a figura do rei, pois estas festas nascem no seio da monarquia portuguesa em um período de desavença com o papado. É daí que vem uma das justificativas para a ausência do clero em tais festejos. Mas é certo que, de acordo com a doutrina joaquimita, o clero não poderia protagonizar uma celebração do terceiro estado espiritual.

Além destas ramificações do joaquimismo através da vertente franciscana, algumas destas ideias também fazem eco entre jesuítas. Desde Francisco de Borja, um dos primeiros jesuítas, a Companhia de Jesus passou a ser vista por muitos de seus integrantes como a nova ordem destinada a evangelizar durante o terceiro estado do mundo (Milhou, 1996). Entre eles, merecem destaque Antônio Vieira, no Brasil, e Manuel de Lacunza (1731-1801), no Chile (Reeves e Gould, 2000, p. 21-22). De acordo com o ideário joaquimita, a nova igreja do terceiro estado, difundida entre os indígenas puros e inocentes, seria a Igreja Espiritual (*Ecclesia Spiritualis*), que deixava para trás a antiga, pecadora e corrompida igreja vigente até então; e uma nova ordem espiritual, a jesuíta, estaria à sua frente.

Quanto ao pseudopapa ou papa simoníaco, o próprio Geraldo de Borgo, assim como depois outros joaquimitas, já fazia relação com o pontífice que ocupava o cargo (naquele momento Inocêncio IV), como se pode ver no *Protocolo de 1255*.

(iv) Outro aspecto polêmico atacado pela Comissão de Anagni é a previsão de dois anticristos. Ao estabelecer o paralelismo entre o Apocalipse de João, no Novo Testamento, e o de Daniel e Ezequiel, no Antigo, Joaquim duplica o quadro das figuras apocalípticas. Assim, se as figuras do Apocalipse de João, entre elas a do Anticristo, antes diziam respeito apenas ao período de consumação do segundo estado, agora elas vão ser repetidas noutra série – onde aparece a figura do segundo Anticristo – prevista para o final do terceiro e último estado do mundo.

A hermenêutica de Joaquim aponta para a vinda de dois anticristos. O primeiro deles, indicado no Apocalipse de João pelo próprio nome Anticristo (Ap 17,9-10), viria na consumação do segundo estado do mundo, completando a série das sete cabeças de uma única entidade maligna, o grande Dragão Vermelho (*Dracone Ruffo*), que aparece na *Figura XIV do Liber Figurarum* (Bitonti e Oliverio, 1998, p. 65; Rossatto, 2009). Cada uma das sete cabeças do dragão do mal está relacionada a uma das perseguições da Igreja do Filho no decorrer do segundo estado. São as seguintes perseguições: (i) judeus (Herodes); (ii) pagãos (Nero); (iii) hereges (Constantino ariano); (iv) sarracenos (Maomé); (v) Filhos da Babilônia (Henrique IV); (vi) perseguição em ato (Saladino); (vii) perseguição iminente (primeiro Anticristo). É importante notar que as figuras benignas (as ordens ou a Igreja Espiritual, por exemplo) ou as malignas (o Dragão Vermelho, por exemplo) formam sempre entidades coletivas ou comunitárias, pressuposto que também vale para a teoria trinitária joaquimita, como veremos adiante.

O segundo Anticristo viria só ao final do terceiro estado, completando a última série dos sete tiranos que compõem as sete cabeças do segundo grande dragão do mal. Na interpretação joaquimita do Apocalipse de João, o segundo Anticristo está associado ao nome Gog. O *Protocolo de 1255*, ao citar uma frase do *Enquiridion super Apocalypsis*, bem expressa esta interpretação dos dois anticristos:

É necessário pensar em uma verdadeira concórdia dos três estados. É tudo semelhante, como foi dito, exceto no que diz respeito ao final do segundo estado. Procuraremos em vão a semelhança do rei da Antioquia, pois não será Gog o último dos tiranos, mas outro do qual fala João no Apocalipse (Ap 17,10): “O outro ainda não chegou”. Somente ao final do terceiro estado virá Gog e cumprirá tudo que escreveu o profeta Ezequiel difusamente nos capítulos 38 e 39, dos quais fala brevemente João (Joaquim de Fiore, 1986, p. 42).

Os adversários da leitura joaquimita procuravam solapar a teoria da história que dava amparo ao anúncio do terceiro estado espiritual, da nova ordem monástica e de todos os tipos previstos para o estado espiritual, entre eles o do segundo Anticristo.

(v) A hermenêutica por concórdia é a estratégia de interpretação do texto bíblico e da história (que aqui não se distinguem) propriamente criada por Joaquim de Fiore. É por meio dela que ele chega à compreensão espiritual (*intelligentia spiritualis*) dos dois testamentos. Esta estratégia de interpretação guarda estrita similaridade com a substância da Trindade divina. Por isso, mediante a devida aplicação desta hermenêutica, seria possível alcançar a compreensão mística da substância divina pela leitura das palavras históricas; e, por conseguinte, chegar-se-ia ao âmago da própria história da humanidade. Isto é: chegar-se-ia ao estágio mais elevado da contemplação, que consiste em um ver como Deus vê a história. A alegoria e a tipologia, juntamente com a concórdia, compõem os três pilares de seu sistema hermenêutico.

A nova compreensão por concórdia possibilita a superação da letra escrita e é levada adiante por uma classe de homens espirituais, encarregados de anunciar e viver o Evangelho Eterno. Segundo Joaquim, o significado literal do Antigo Testamento foi confiado ao povo judeu, o do Novo aos romanos, e a compreensão espiritual aos homens espirituais. A ordem dos homens espirituais estava prefigurada em Jesus e seus doze discípulos e inaugurava uma nova economia da salvação em que não mais seria preciso qualquer tipo de mediação. No terceiro estado, tudo seria realizado pela ação direta do Espírito. Se antes as figuras indicavam para algo espiritual, agora tudo seria visto na plenitude do espírito. No estado espiritual, as letras, os sinais, os símbolos, as figuras, os enigmas, os sacramentos e o próprio clero e sua igreja já não teriam mais razão de ser; ou, no melhor dos casos, seriam artifícios utilizados em um estágio já superado.

O pensamento joaquimita, segundo avalia a Comissão de Anagni, também se distancia da ortodoxia ao considerar de forma temporal e parcial a redenção de Cristo. De igual modo, em consequência disso, quando concebe um duplo batismo e distingue dois momentos para a graça (a graça e graça ampliada); e, por fim, valida apenas parcialmente os sacramentos.

(vi) A teoria trinitária de Joaquim de Fiore foi condenada no IV Concílio Lateranense de 1215, como lembra inicialmente o *Protocolo de 1255* ao comentar o tema. Na verdade, a condenação incidiu sobre o opúsculo *Sobre a unidade ou essência da Trindade*, em que Joaquim acusava o *magister* Pedro Lombardo de professar na heresia quaternarista. Ao lado das disputas sobre a autoria do texto condenado, hoje desaparecido, certo é que a mesma crítica dirigida contra Lombardo se encontra em outros textos joaquimitas. O *Psalterium decem chordarum* (Joaquim de Fiore, 1964c, f. 229), o *De vita sancti Benedicti* (Joaquim de Fiore, 1953, p. 56-57) e a *Figura XXVI do Liber Figurarum* (Reeves e Hirsch-Reich, 1972, p. 218) reiteram a mesma acusação de quaternarismo dirigida contra Lombardo.

Joaquim, depois de avaliar as heresias sabeliana e ariana, encontra na formulação de Pedro Lombardo uma terceira alternativa herética. Para o abade, Lombardo revestia Ário com as roupas de Sabélio e Sabélio com as de Ário, como bem assinala o Protocolo de 1255, ao citar o *Psalterio decem chordarum*. Com isso, ele queria dizer que Lombardo agrupava em uma única fórmula o erro contido no monismo sabeliano e no triteísmo ariano, merecendo por isso a acusação de quaternarismo.

O Concílio Lateranense IV, por sua vez, ao defender Lombardo, contra-ataca com a acusação de que Joaquim professa o triteísmo. Ao afirmar a unidade por coletividade, Joaquim estaria incidindo na heresia triteísta. Segundo o Concílio, a unidade por coletividade não seria correta para indicar a substância divina.

Para explicar a unidade e a trindade divina, Joaquim se servia de exemplos extraídos da tradição. Recorria ao exemplo do sol com seus raios, já usado por Tertuliano, Lactâncio, Hipólito e Dionísio Aeropagita, e à analogia das três estátuas de um mesmo ouro, já utilizada por Agostinho, no Livro V do *De trinitate*, exemplo que não se distinguia daquele das três moedas de bronze de Basílio. Além do uso destes exemplos, a Comissão de Anagni também vai criticar a explicação joaquimita da Trindade com base na figura triangular do saltério de dez cordas. E, por fim, a Comissão retoma a crítica dirigida contra a unidade por coletividade.

Joaquim, por sua vez, admitia a afirmação da unidade em analogia com termos coletivos, tais como tribo, povo, multidão, com o objetivo de evitar que se tomasse a unidade no singular, indicando uma quarta coisa – tal como a *summa res* que ele condenava em Lombardo –, pois isso levaria inevitavelmente ao quaternarismo. Porém, para a mentalidade escolástica do século XIII, dominante no IV Concílio Lateranense e na própria Comissão de Anagni, os coletivos são termos inadequados para indicar uma unidade substancial consistente.

Em toda esta disputa, o que está em jogo, como já argumentamos em outro momento (Rossatto, 2004, p. 293-327), é o conflito entre dois modelos trinitários, o monástico e o escolástico. Para a monástica, a coletividade é anterior e superior aos indivíduos, e, por isso, termos coletivos não apenas podem, mas têm de ser usados para indicar corretamente a unidade substancial. Para a escolástica, em contrapartida, os indivíduos são substâncias autônomas anteriores às coletividades e a unidade se dá por abstração. Além do mais, na linguagem técnica da escolástica, a Trindade já não tem mais a função de Primeiro Princípio (*Arché-Telos*, Gênesis-Apocalipse, Alfa-Ômega) ordenador de uma totalidade orgânica, mas é uma substância separada, como outras tantas, que terá de ser provada por seus efeitos.

Referências

- AEGERTER, E. 1928. *L'Évangile éternel (Fragments)*. Paris, Rieder, 268 p.
- BITONTI, M.; OLIVERIO, S. 1998. *Gioacchino: Abate di Fiore*. San Giovanni in Fiore, Amministrazione Comunale di San Giovanni in Fiore/Centro Internazionale di Studi Gioachimiti, 79 p.
- DE LUBAC, H. 1979. *La postérité spirituelle de Joachim de Flore: Tomo I – de Joachim à Schelling*. Paris, Lethielleux, 637 p.
- DUFEIL, M.M. 1972. *Guillaume de Saint-Amour et la polémique universitaire parisienne 1250-59*. Paris, Picard, p. 118-125.
- ELIADE, M. 1996. *El mito del eterno retorno: arquetipos y repetición*. Barcelona, Península, 173 p.
- FALBEL, N. 1995. *Os espirituais franciscanos*. São Paulo, Perspectiva/Fapesp/Editora da Universidade de São Paulo, 217 p.
- JOAQUIM DE FIORE. 1964a. *Concordia Novi ac Veteris Testamenti*. Venedig, 1519, reedição fac-símile. Frankfurt, Minerva, 135 f.
- JOAQUIM DE FIORE. 1964b. *Expositio in Apocalypsim (com o Liber introductorius in Apocalipsis)*. Venedig, 1527, reedição fac-símile. Frankfurt, Minerva, 224 f.
- JOAQUIM DE FIORE. 1964c. *Psalterium decem chordarum*. Venedig, 1527, reedição fac-símile. Frankfurt, Minerva, f. 225-291.
- JOAQUIM DE FIORE. 1930. *Tractatus super quatuor Evangelia*. Roma, Istituto Storico Italiano, 324 p.
- JOAQUIM DE FIORE. 1986. *Enchiridion super Apocalypsim*. Toronto/Ontário, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 113 p.
- JOAQUIM DE FIORE. 2002. Introdução ao Apocalipse (*Prephacio super Apocalipsis*). *Veritas*, 47(3):453-471.
- LEFEBVRE, H. 1976. *Hegel, Marx, Nietzsche (o el reino de las sombras)*. Madrid, Siglo XXI, 277 p.
- MILHOU, A. 1996. El mesianismo joaquimita del círculo jesuíta de Francisco de Borja (1548-1550). In: R. RUSCONI (org.), *Storia e figure dell'Apocalisse fra '500 e '600*. Roma, Viella, p. 203-223.

- REEVES, M. 1993. *The influence of prophecy in the Later Middle Ages: A study in Joachimism*. Notre Dame/London, University of Notre Dame, 592 p.
- REEVES, M. 1961. Joachimist influences on the idea of a Last World Emperor. *Traditio*, 17:323-370.
- REEVES, M.; HIRSCH-REICH, B. 1972. *The Figurae of Joachim of Fiore*. Oxford, At the Clarendon Press, 336 p.
- REEVES, M.; GOULD, W. 2000. *Gioacchino da Fiore e il mito dell'Evangelo eterno nella cultura europea*. Roma, Viella, 373 p.
- ROSSATTO, N.D. 2004. *Joaquim de Fiore: Trindade e Nova Era*. Porto Alegre, Edipucrs, 360 p.
- ROSSATTO, N.D. (org). 2003. *O simbolismo das Festas do Divino Espírito Santo*. Santa Maria, Ufsm/Fapergs, 104 p.
- ROSSATTO, N.D. 2005. L'Abate Gioacchino e la Festa del Divino: una celebrazione luso-brasiliana dell'Età dello Spirito. *Florensia*, 18-19(XVIII-XIX):173-185.
- ROSSATTO, N.D. 2009. Las cabezas del dragón: vicios y virtudes en Joaquín de Fiore. In: G. BURLANDO (org.), *De las pasiones en la Filosofía Medieval*. Santiago de Chile, Puc-Chile, p. 131-140.
- SARANYANA, J.I. 1979. *Joaquín de Fiore y Tomás de Aquino: historia doctrinal de una polémica*. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 173 p.
- VERARDI, L. 1992. *Gioacchino da Fiore – Il Protocollo di Anagni*. Tradução e reedição do texto latino de H. Denifle, *Protocol der Commission zu Anagni*. Anno 1255, Cosenza, Orizzonti Meridionali, 107 p.
- WEST, C.D.; ZIMDARS-SWARTS, S. 1983. *Joachim of Fiore: A study in spiritual perception and history*. Bloomington, Indiana University Press, 132 p.

Submetido em: 02/08/2010

Aceito em: 24/09/2010